**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 30ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 30ª Reunião realizada em 13 de novembro de 2012, às 14 horas e 45 minutos, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, sob a presidência eventual da Deputada **Keiko Ota (PSB/SP)** e com a presença da Senadora **Ana Rita (PT/ES).** Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: **Ângela Portela (PT/RR),** **Ana Amélia (PP/RS), Lúcia Vânia (PSDB/GO), Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e Armando Monteiro (PTB/PE);** e os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)**, **Marina Santanna (PT/GO)**, **Teresa Surita (PMDB/RR), Jô Moraes (PCdoB/MG), Eduardo Azeredo (PSDB/MG), Rebecca Garcia (PP/AM), Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Gorete Pereira (PR/CE), Sueli Vidigal (PDT/ES), Carmem Zanotto (PPS/SC), Célia Rocha (PTB/AL) e Ademir Camilo (PSD/MG).** Na ocasião foi realizada Audiência Pública com a presença dos senhores: **Wantuir Francisco Brasil Jacini**, Secretário de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul; **Tai Loschi,** Subsecretária da Mulher e de Promoção da Cidadania do Estado do Mato Grosso do Sul; **Hildebrando Coelho Neto**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; **Ana Lara Camargo de Castro**, Promotora de Justiça Titular da 48ª Promotoria de Justiça de Campo Grande; **Nancy Gomes de Carvalho**, Subdefensora Pública do Estado do Mato Grosso do Sul; **Susiê Guarani**, Representante dos Direitos Indígenas, e **Cristiane Duarte**, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Em 13 de novembro de 2012, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, CN, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na cidade de Campo Grande com os seguintes convidados: Dr. Wantuir Francisco Brasil Jacini, Secretário de Estado de Justiça e da Segurança Pública do Estado Rio Grande do Sul; Tai Loschi, Subsecretária da Mulher e da Promoção da Cidadania, Secretaria de Governo; Desembargador Hildebrando Coelho Neto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; Drª Ana Lara Camargo de Castro, Promotora de Justiça Titular da 48ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, Mato Grosso do Sul; Drª Nancy Gomes de Carvalho, Subdefensora Pública do Estado do Mato Grosso do Sul.

Antes de passar a palavra para a Relatora, informo que os convidados terão apenas 20 minutos para sua exposição.

Com a palavra a Relatora, Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Boa tarde.

Eu quero inicialmente agradecer a Assembleia Legislativa aqui do Estado do Mato Grosso do Sul pelo espaço que nos foi cedido. Agradeço a seu Presidente, Deputado Jerson Domingos, pelo acolhimento não só dele, como Presidente desta Casa, mas também de toda a equipe do cerimonial e de toda a equipe da Assembleia legislativa que acolheu a CPMI com muita alegria. Obrigada, Deputado. Ao mesmo tempo, quero cumprimentá-lo, como Presidente desta Casa.

Quero também aqui cumprimentar o Dr. Wantuir Francisco Brasil, Secretario de Estado de Justiça e da Segurança Pública do Estado Rio Grande do Sul; o Exmo Sr. Desembargador Hildebrando Coelho Neto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; a Vice-Presidente da nossa Comissão, Deputada Keiko Ota. Ao mesmo tempo, quero justificar a ausência da Deputada Jô Moraes, Presidente desta Comissão. Quero também cumprimentar o Deputado estadual Pedro Kemp, que foi o proponente desta audiência pública aqui na Assembleia Legislativa; a Subsecretária da Mulher e da Promoção da Cidadania, Srª Tai Loschi; o nosso companheiro Zeca do PT, que foi Governador do Estado do Mato Grosso do Sul e muito nos honrou naquele período e também a Dona Gilda, sua esposa, que também teve um papel fundamental aqui no Estado na implementação de políticas para as mulheres. Quero cumprimentar todas as autoridades que aqui foram convidadas, da Defensoria Pública, do Ministério Público, do juizado, da vara, do Centro de Referência, da Delegacia da Mulher, todos vocês que foram convidados para estar aqui hoje – obrigada pela presença – e agradecer também aos movimentos de mulheres que aqui estão presentes, diversas entidades, diversas organizações de mulheres, e também a presença das mulheres indígenas das aldeias de Terena, Kaiowá e Guarani – muito obrigada pela presença.

Temos aqui um cartaz: Mulheres Indígenas de Mato Grosso do Sul: “Queremos segurança para as nossas mulheres nas aldeias”. Muito bem.

Muito obrigada. Agradeço a presença de vocês, e agradeço a presença da imprensa, que também tem dado uma atenção especial aos trabalhos da CPMI.

Quero iniciar os trabalhos, primeiro, após esses agradecimentos, passando algumas informações sobre como o nosso trabalho aconteceu durante estes dias em que estivemos aqui em Mato Grosso do Sul.

Informo que tivemos uma reunião com o Governador do Estado, que nos recebeu muito prontamente no seu gabinete, com sua equipe, nos acolheu, ouviu atentamente as nossas informações e também se colocou à disposição para reforçar o convite para que as autoridades e o Secretário de Estado pudessem estar aqui presentes. Então, quero aproveitar este momento para agradecer ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito procurou, desde domingo, fazer algumas diligências aqui no Estado de Mato Grosso do Sul. No próprio domingo, estivemos em uma das aldeias aqui da região urbana de Água Bonita. Fizemos uma reunião com as mulheres da aldeia. Aqui há outro cartaz: “Precisamos estar incluídos nas políticas públicas do Município”. Então, quero só registrar aqui a presença das mulheres. Tivemos uma reunião com as mulheres de Água Bonita, ouvindo atentamente também como é o atendimento e como é a vida dessas mulheres na própria aldeia.

Estivemos visitando a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher aqui de Campo Grande, fomos ao Centro de Referência, conversamos com os profissionais que lá atuam e também com o defensor que lá presta serviços, estivemos no Juizado da Violência Doméstica, na Promotoria da Violência Doméstica, tivemos também uma reunião com as mulheres, com as diversas entidades que atuam com as mulheres na noite de ontem. Foi uma reunião bastante representativa, com diversas entidades presentes.

Hoje pela manhã tivemos uma reunião também com as mulheres que são lideranças indígenas das kaiowás, guaranis e terenas, que colocaram de forma muito incisiva como é a situação das mulheres, como é a vida das mulheres nas aldeias e como é o atendimento, por parte do Poder Público, a essas mulheres.

Esse trabalho de diligências faz parte da nossa metodologia de atuação da CPMI e nos traz subsídios para esta audiência pública.

Esta audiência pública não é para fazer debates sobre a questão da violência contra a mulher, mas para inquirição das autoridades que foram convidadas para que aqui possam estar prestando informações à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no que se refere ao atendimento às mulheres em situação de violência.

Queremos ouvir aqui hoje o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Então, nós temos informações já obtidas através das diligências, das reuniões com as mulheres e também dados vindos do Mapa da Violência que mostram que Mato Grosso do Sul está entre os dez Estados brasileiros que apresentam os maiores índices de violência contra a mulher. É por isto que estamos aqui: porque a CPMI definiu como Estados que devem ser visitados os dez mais violentos e, além desses dez Estados, os quatro mais populosos do Brasil. Então, a nossa vinda aqui hoje é justamente para poder entender por que o Estado do Mato Grosso do Sul ainda tem um índice muito alto de violência contra mulheres.

Assim como já visitamos outros Estados, este é o décimo quarto, já fomos a Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Distrito Federal. Vamos agora, na outra semana, visitar o Estado do Amazonas, a capital Manaus, também para realizar diligências e audiência pública.

O objetivo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é fazer uma investigação sobre a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar as denúncias de omissão por parte do Estado brasileiro no que se refere à aplicação do conjunto de legislação que nós temos e, em especial, da Lei Maria da Penha.

Aqui no Estado de Mato Grosso do Sul, nós tivemos oportunidade de perceber que a situação dos equipamentos existentes, que já foram criados há algum tempo, a sua estrutura física é razoável, boa, mas, com certeza, o atendimento pode ser melhor, pode, inclusive, avançar mais, pode ser ampliado. Por exemplo, aqui na capital, existiam duas delegacias e hoje existe apenas uma Deam. E há necessidade de se criar uma nova Deam, porque o atendimento feito pela delegacia aqui é insuficiente para atender todos os casos, apesar do esforço, do trabalho que os profissionais e as profissionais da delegacia fazem, assim como os dos demais órgãos de atendimento. Eles ainda são insuficientes para atender toda a demanda.

Mato Grosso do Sul, conforme eu disse, é o quinto Estado onde mais se matam mulheres, com uma taxa de 6,1 assassinatos para cada 100 mil mulheres. A média nacional hoje é de 4,6 assassinatos no País para cada grupo de 100 mil mulheres. E a capital, Campo Grande, ocupa a 19ª posição, com uma taxa de 5,4 mortes para cada 100 mil mulheres. Aqui no Estado de Mato Grosso do Sul, o Município de Ponta Porã está entre as cidades mais violentas do Brasil, ocupando a 12ª posição em homicídio contra mulheres.

Então, a CPMI está aqui justamente porque nós queremos saber que políticas públicas os poderes públicos aqui deste Estado estão implementando no sentido de tirar o Mato Grosso do Sul desta posição de 5º Estado onde mais se matam mulheres. Que políticas públicas esse Estado está desenvolvendo para que diversos Municípios, entre eles Ponta Porã, saiam dessa posição de 12º Estado onde mais se matam mulheres no Brasil? Essa realidade precisa ser mudada. E é por isto que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito está aqui, justamente para poder ouvir e poder oferecer não só ao Governo e às instituições públicas de Mato Grosso do Sul uma contribuição, mas para oferecer a todo o Estado brasileiro uma contribuição no sentido de apresentar um diagnóstico de como o Estado está atendendo às mulheres em situação de violência, mas também de propor medidas e sugestões do que fazer para superar essa realidade.

Eu quero aqui brevemente já apresentar algumas preocupações do que nós tivemos oportunidade de perceber, de ouvir nestes dias em que ficamos aqui. Primeiro, queremos fazer um registro ao Poder Executivo. Existe, sim, um organismo de atendimento às mulheres que é uma subscretaria, mas, no entendimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, é importante que se crie uma secretaria específica para as mulheres. Ter um organismo específico para as mulheres é de fundamental importância, porque para enfrentar a violência contra a mulher é necessário que haja uma articulação entre as políticas públicas, uma articulação entre todas as secretarias do Governo e, mais do que isso, que haja uma articulação com os demais Poderes instituídos aqui do Estado de Mato Grosso do Sul, com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública. Então, mais do que nunca ter um organismo com recursos próprios, com capacidade política de articulação, com autonomia política para fazer essa articulação.

Então, colocamos aqui essa preocupação como uma necessidade de o Governo estudar, avaliar a importância de se criar uma secretaria específica para as mulheres, uma secretaria que seja forte, que seja independente e que tenha recursos, porque também criar uma secretaria que não tenha orçamento, não será suficiente. *(Palmas.)*

Então é preciso que tenha orçamento, que seja forte e que tenha a sua independência perante o Governo e que possa fazer bem essa articulação junto às demais Secretarias e os Poderes aqui do Estado.

Também fazemos aqui um destaque importante: Mato Grosso do Sul foi escolhido pela CPMI não só pelo fato de ser o quinto Estado em homicídio contra as mulheres, mas porque, neste Estado, se concentra uma população indígena muito expressiva. Então, é importante também ter um olhar preferencial para essa população e, em especial, para as mulheres indígenas, que vivem uma realidade que, muitas vezes, não é conhecida pelos Poderes Públicos, porque os Poderes Públicos não se fazem presentes nas aldeias indígenas. *(Palmas.)*

É preciso que as mulheres saiam dessas aldeias, algumas vivem em localidades muito distantes, como vi aqui hoje ao receber algumas mulheres dessas localidades que, para chegarem até aqui, tiveram de viajar muito. Então, é importante que se tenha políticas específicas para as mulheres indígenas, para as mulheres negras e para as mulheres quilombolas.

Também é importante que se criem aqui mais delegacias especializadas para atender as mulheres em situação de violência. O número insuficiente de delegacias na capital e no interior, também o número insuficiente de servidores, é um grande problema. Então, é preciso que haja ampliação dessas delegacias na capital, mas também que não se esqueçam do interior, onde tem uma população que está muito distante dos serviços públicos.

Há uma necessidade, que é de Mato Grosso do Sul, mas que é também uma necessidade nacional de todos os Estados por onde passamos e de todos os Poderes que prestam serviços à população e, em especial, às mulheres em situação de violência: é preciso haver um investimento maior em capacitação de todos os servidores, desde, Presidente, juízes até o servidor que atende na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher. É preciso capacitar juízes, promotores, defensores, delegadas e delegados, os servidores de modo geral, assistentes sociais, psicólogos, policias para que o atendimento feito às mulheres seja adequado e diferenciado. *(Palmas.)*

Nós não podemos oferecer às mulheres atendimento superficial, porque a violência contra a mulher, muitas, vezes, é uma violência que não tem a visibilidade que outros tipos de violência têm. Ou seja, refiro-me à violência psicológica, à violência que afeta não só o corpo, mas que afeta também a alma das mulheres, que afeta internamente essas mulheres. Então, para atender às mulheres em situação de violência é preciso ter profissionais capacitados e comprometidos com essa realidade.

Também percebemos, aqui em Mato Grosso do Sul, que há um excesso de processos em tramitação na Vara da violência doméstica que, certamente, levara à prescrição de muitos desses processos, assim como nós ouvimos nas delegacias, ouvimos também na Vara e ouvimos na promotoria, a possibilidade de alguns processos estarem prescrevendo, não por falta de vontade de quem está atuando lá, mas por falta de profissionais que deem condições de os processos tramitarem no tempo necessário. Isso é importante. Inclusive vimos com bons olhos a criação de uma nova Vara, a 2ª Vara. Nós esperamos, com certeza de esta Vara seja, de fato, instalada agora ao final do mês de novembro. Gostaríamos inclusive, aqui, Desembargador, de nos autoconvidar, se for possível, gostaríamos de estar presentes na instalação desta Vara, pois a consideramos altamente importante para o Estado de Mato Grosso do Sul.

Então, a atitude do Tribunal de Justiça e do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul em criar esta Vara é digna do nosso reconhecimento e dos nossos elogios pela iniciativa.

Também queremos destacar um problema aqui identificado, ou seja, as decisões de o Tribunal de Justiça considerar como crime de bagatela imprópria os crimes de violência doméstica, contrariando frontalmente a Lei Maria da Penha. Essa situação não pode continuar. Essa situação precisa ser mudada, precisa ser alterada, porque contraria profundamente a decisão do STF, que recentemente se posicionou com relação a isso. *(Palmas.)*

Queremos também aqui destacar a atuação do juiz da Vara de violência doméstica. Também destacar o papel da Promotoria de violência doméstica e da Defensoria Pública pelos trabalhos realizados, pelos esforços feito no sentido de aplicar corretamente a Lei Maria da Penha.

Quero também destacar o esforço dos profissionais que estão nas delegacias, nas DEAMs, no centro de referência, fazendo as mesmas considerações feitas anteriormente no sentido de ampliar os serviços com a contração de novos profissionais. *(Palmas.)*

Agora vou passar para as perguntas.

Novamente eu quero dar a explicação de que esta é uma audiência pública em que vamos inquirir as autoridades. Portanto, quem está aqui tem de ter a paciência de ouvir individualmente cada uma das pessoas.

Então, inicialmente, ouviremos o nosso Secretário de Segurança. Antes, porém, passo a palavra para a Deputada Keiko Ota, para que faça o registro para, em seguida, ouvirmos o Secretário de Segurança.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Fará uso da palavra o Dr. Wantuir Francisco Brasil Jacini, Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Secretário, nós gostaríamos que o senhor fizesse, de fato, uma exposição sobre os trabalhos da Secretaria de Segurança, no prazo regimental de 20 minutos. Mas, eu vou antecipar algumas perguntas, são várias perguntas, dirigidas ao senhor. Informo-lhe que tenho aqui duas perguntas iniciais, que são mais gerais, e que todos que aqui estão deverão respondê-las.

As perguntas específicas para a Secretaria de Segurança, às perguntas mais gerais, Secretário: o que e como as autoridades aqui presentes, tanto dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública individual e coletivamente estão fazendo para diminuir a letalidade contra a mulher e demais violências contra as mulheres?

Esta é uma pergunta que os demais também podem respondê-la.

Qual o orçamento para as ações específicas de cada instituição para o enfrentamento a violência contra as mulheres em 2012 e 2013? O que foi previsto para este ano de 2012 no enfrentamento à violência contra as mulheres e o que está sendo previsto para o próximo ano?

Perguntas específicas para o Secretário de Segurança, Dr. Wantuir: são 72 Municípios e 12 delegacias que atendem à mulher. Qual a abrangência dessas delegacias? Há previsão de aumento do número de delegacias ou da criação de núcleos da mulher nas delegacias comuns?

Conforme já mencionei, estivemos na delegacia da mulher no dia de ontem pela manhã, e constatamos o número insuficiente de profissionais para dar andamento a mais de 3 mil inquéritos. Gostaria de ouvi-lo a respeito.

Em Campo Grande havia duas delegacias da mulher. Por que a Delegacia da Mulher de Moreninha foi fechada?

A Secretaria de Segurança possui alguma política específica para enfrentar os homicídios de mulheres?

Conforme relatório envidado pelo Ministério Público, em 2010, em vários Municípios como Água Clara, Amambaí, Coronel Sapucaia, Anastácio, Aurilândia, Aquidauana, Camapuã, Nova Andradina e outros, o crime de violência doméstica é o segundo ou terceiro crime mais praticado. Como enfrentar esses índices de violência contra as mulheres?

As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com a urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis? É garantido, em todo o Estado, o *kit* para profilaxia e contracepção de emergência para mulheres vítimas de crimes sexuais? Como é feito o monitoramento dos níveis de estoque e a distribuição?

Qual a política do Estado para enfrentar essas taxas nessas localidades?

Como a polícia está lidando com os crimes cometidos contra as mulheres indígenas? Há intérprete indígena na Delegacia da Mulher para permitir o registro de ocorrências com maior fidedignidade e segurança para as mulheres indígenas? Entendemos que essa é uma necessidade, em virtude do número significativo de mulheres indígenas no Estado e na capital.

Tivemos a informação de que há um projeto de mudança da DEAM para o prédio próprio. Como está o andamento desse projeto?

Secretário, ainda há outras perguntas aqui. O senhor está com elas em mão? *(Pausa.)*

Elas já foram passadas para o senhor?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Passaram.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Já. Então, vou fazer todas as perguntas. Depois, o senhor, aos poucos, vai respondendo-as. Possivelmente 20 serão insuficientes, mas a gente pode prorrogar o prazo.

O fim do plantão da DEAM foi precedido de algum estudo? Qual foi o motivo da interrupção do plantão de 24 horas?

Fomos informadas de que em algumas delegacias do interior como, por exemplo, Sidrolândia, Sonora, Coxim e Pedro Gomes, adolescentes femininas e mulheres ficam praticamente presas junto com os homens. Isso procede? O que tem sido feito para evitar essa situação?

Em 2008, houve o estouro da Clínica de Planejamento Familiar de Campo Grande com a apreensão de 10 mil prontuários médicos e a criminalização de muitas mulheres. As mulheres continuam sendo processadas?

Um caso amplamente divulgado pela imprensa de um crime de estupro, registrado no Município de Itacuru, envolvendo a indígena M.B.R., quais as providências que estão sendo tomadas para identificar, investigar e punir o suposto autor do crime? Quais as providências que estão sendo tomadas para proteger a vítima? A vítima foi submetida a tratamento para evitar doenças sexualmente transmissíveis e gravidez após o registro da ocorrência?

Recebemos denuncia de que a Delegada de Ponta Porã não registra ocorrência das mulheres indígenas e as manda para casa para se reconciliarem com os agressores. A Secretaria tem conhecimento disso? Que providência pode tomar para o acolhimento dessas mulheres? Qual o procedimento para atender ocorrências nas aldeias indígenas?

Sr. Secretário, são essas as perguntas. Se for possível que todas sejam respondidas hoje, seria muito bom. E se tiver alguma que o senhor não puder responder hoje, nós daremos o prazo de uma semana para que seja respondida para a CPMI.

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Obrigado, Senadora, pela possibilidade de dar algumas respostas a sua inquirição.

Então, pelas perguntas feitas por V. Exª, vi que há algumas sobre política e outras, sobre execução de políticas, mas, antes de começar a respondê-las, gostaria de dizer que a Secretaria de Justiça e Segurança Pública controla todos os 374 crimes do Código Penal, através de estatísticas e de análise criminal, a partir, então, da inteligência artificial, extraída das estatísticas *on-line*. Aqui, no nosso Estado, todas as estatísticas estão *on-line* e atualizadas até 24 horas; daqui a 15 dias, estarão com uma hora.

Assim, a sociedade toda pode exercer o controle social da sociedade e também uma política que abrange todas, que é a política de transparência, prevista em Lei Federal.

De modo que as estatísticas do Estado de Mato Grosso do Sul poderão ser aferidas e conferidas com o banco de dados disponível para toda a sociedade. Aqui não são necessárias estatísticas nacionais divorciadas da realidade, de acordo com aqueles institutos que o fazem.

Agora, especificamente, a segurança pública tem políticas que abrangem, como eu disse, todos os artigos previstos no Código Penal e nas leis especiais. A Lei Maria da Penha se insere aí – nas Leis Especiais – e, por isso mesmo, então, vai ter um corte nessa política macro.

Dentro da Diretoria-Geral da Polícia Civil, existe uma Diretoria específica com suas delegacias. As suas delegacias são doze, e estas têm cunho regional. Elas abrangem grupos de municípios. Nas delegacias das cidades, bem como nas delegacias especializadas, existem cursos promovidos pela Academia que treinam os delegados para o atendimento às mulheres, mas não são as mulheres, a todas aquelas pessoas da sociedade, a sociedade toda, que precisam do atendimento da segurança pública.

Agora, com relação aos dados específicos...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Só uma questão, Secretário, desculpe-me interrompê-lo. Há capacitação específica sobre a Lei Maria da Penha?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Também. Claro. Feita pela Academia.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Também?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Sim. Por favor, tenho aqui a Coordenadora da Academia, que poderá responder. Passo a palavra a ela.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Só quero pedir aos nossos convidados e às nossas convidadas que não interfiram no depoimento do nosso convidado, que está aqui à mesa, nos prestando informações. Então, gostaríamos de pedir a vocês que se mantivessem em silêncio, para que possamos ouvi-lo com tranquilidade, para que as pessoas possam sentir-se bastante à vontade, a fim de prestar aqui as informações.

Agradecemos aqui a compreensão de vocês, para que os trabalhos possam prosseguir, sem que haja interrupção.

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Obrigado. Então, a segurança pública vai especializando todo o efetivo nas diversas leis especiais naqueles diversos tipos de crime. É comum acontecer, Srª Senadora, de as pessoas esperarem que a polícia faça também aquelas políticas sociais, que têm responsabilidade de Governo Federal, Estadual e Municipal.

A segurança pública é reativa. Ela só age depois que o crime acontece. Ninguém quer que o crime aconteça. Não se quer que o crime aconteça. Então, é preciso impedir que o crime aconteça. Para que se impeça que o crime aconteça, as políticas principais são as preventivas: a sedimentação de uma cultura de respeito à mulher da nossa sociedade, desde as escolas. Temos de respeitar as mulheres, que não são nossas mães, que são nossas esposas e a razão de nós existirmos. Precisamos ter essa cultura.

Agora, especificamente, na segurança pública, as políticas estaduais são formuladas por esta, com os orçamentos abrangendo toda segurança pública, executadas por essas delegacias e pelas especializações. O Estado gostaria de ter, em cada cidade, uma delegacia da mulher, mas não pode, porque, para isso, é preciso ter orçamento, finança e também outros crimes para atender, mas essas doze delegacias não estão com os efetivos ideais, mas elas atendem.

Precisamos melhorar, mas essa melhora está vinculada à capacidade orçamentária de o Estado produzir receita, imposto.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Quem faz a capacitação dos servidores?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – A Academia da Polícia Civil, cuja Coordenadora está aqui presente. Há cursos. Se quiserem a relação das delegadas e dos servidores que ali fizeram os cursos, nós temos tudo isso para informar a V. Exª.

Quero dizer o seguinte: a execução de todas essas políticas é feita pelas delegacias com maior ou menor dificuldade. O meu controle, o controle da Secretaria, é feito da execução dessas políticas, dos números macros e da redução da criminalidade. Nós temos, hoje, daqueles onze crimes que mais impactam a sociedade, que são os crimes contra a vida e contra a propriedade, uma redução em dez desses crimes, comparados com o ano anterior e o ano retrasado. Vamos reduzindo ano a ano.

Isso a nossa sociedade toda poderá ver, acessando o *site* da segurança pública na Estatística. O controle da sociedade é feito pela sociedade, independente de quaisquer institutos.

Então, passo a palavra, se V. Exª permitir, à equipe que está aqui da Delegacia da Mulher, da Coordenadora da Academia. Temos também a Subsecretária da Mulher, que executa a outra vertente de prevenção. Então, há toda a equipe aqui para responder às perguntas específicas, ou se V. Exª preferir, responder posteriormente, por escrito, a todas as perguntas, pois estou vendo aqui que há um rol de quase três folhas.

Foram tantas as perguntas, que não consegui gravar todas elas. Estou aqui com toda a lista.

A questão indígena, sobre a qual realmente não falei aqui, é no mesmo diapasão, com uma dificuldade: é que existe uma lei específica, que é atribuição da União – fazer o policiamento nas aldeias indígenas.

Agora, a prevenção, os vários órgãos do Governo Federal já o fazem, mas, com relação à segurança pública, existe um termo de cooperação em andamento, mas ainda não foi concluído, para que a segurança pública faça a prevenção, embora esta, nas aldeias indígenas, já faça a polícia judiciária.

Então, a perícia já é feita pela Polícia Civil. A Polícia Militar é que não atua dentro das aldeias indígenas, porque a atribuição é específica da União.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Secretário, acho que há algumas perguntas que tem de ser o senhor para responder, não tem jeito.

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Então, vamos lá.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Se, porventura, houver alguma coisa que a Delegada ou a Subsecretária possa nos ajudar, então, vocês virão até aqui.

Mas veja bem: há uma questão que nós vimos... Por exemplo, na Delegacia da Mulher daqui, do centro da capital, há 3 mil inquéritos para ter o andamento. Faltam profissionais. A Delegada, com certeza, não vai ter condições de responder se é possível contratar novos profissionais. Então, a minha pergunta é: é possível contratar novos profissionais para que essa Delegacia tenha um número maior de profissionais para fazer o atendimento? Ou, com a informação que obtivemos de que está em andamento o processo para construção de uma nova Delegacia, em que pé está o andamento desse processo? O senhor tem como nos responder?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Pois não.

O concurso público tem de ser feito para toda a Polícia Civil, para contratar delegados para todas as suas especialidades, inclusive para a Delegacia da Mulher. Não especificamente um concurso para a Delegacia da Mulher, isso não é possível, mas, sim, para toda a diretoria-geral da Polícia Civil: delegados, escrivães, agentes, investigadores. Um estudo de concurso está sendo feito, com o impacto orçamentário e financeiro. Quando tudo isso estiver concluído, será apresentado ao Governador para deliberação.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E a Delegacia de Moreninha? Por que ela foi fechada, Secretário?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Quanto à Delegacia da Moreninha, nós temos uma delegacia regional lá que atende – com regional, eu me refiro àquela região da Moreninha – a toda a Moreninha e a todas as ocorrências lá. A Delegacia da Mulher de Campo Grande atende só aos crimes praticados contra as mulheres. Os delegados da Moreninha e de todas as outras 22 delegacias que há no Estado – não é só a Delegacia da Moreninha, são 22 que cobrem toda a cidade –, nos plantões dessas delegacias, têm treinamento para o atendimento. Agora, aqueles atendimentos especiais são encaminhados para a Delegacia da Mulher.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Por exemplo, no dia em que estivemos na Delegacia, que foi ontem pela manhã, havia uma senhora, uma mulher de Moreninha, procurando a delegacia da capital para fazer o registro da queixa. É sinal de que ela não encontrou atendimento em Moreninha. *(Palmas.)*

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Este caso específico, eu não conheço.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Secretário, vou refazendo as perguntas, porque acho que fica mais fácil.

Nós vimos, pelo relatório, que diversos Municípios têm um índice alto de violência contra as mulheres. Qual é a política do Estado para enfrentar essas taxas de homicídios nessas localidades, como é o caso, por exemplo, de Água Clara, de Coronel Sapucaia e de tantos outros Municípios, onde o crime de violência doméstica é o segundo ou o terceiro mais praticado? Qual é a política do Governo do Estado para que possa enfrentar essas altas taxas de violência doméstica?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Bom, veja bem. A minha parte aqui é a parte da reação, é depois que o crime acontece. Não compete à segurança pública, às delegacias fazer essa prevenção. Então, compete a elas fazer a investigação e ela é feita – a investigação, o esclarecimento, a elucidação dos crimes. Agora, há uma confusão que se faz entre prevenção e repressão. Nós fazemos a repressão.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E com relação à violência contra as mulheres indígenas? Qual é a política que o Governo do Estado tem adotado para enfrentar a violência contra as mulheres indígenas?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – A política de repressão estadual. Aí há aquela dificuldade que é a questão da competência, da atribuição, que é do Governo Federal. E existe um órgão específico de proteção aos índios. Agora, depois que acontece o crime, a repressão, a Polícia Civil tem feito os inquéritos, as investigações. Eu não sei quantos inquéritos já foram feitos e quantos elucidados, mas posso dizer, com certeza, que são mais de 400 inquéritos feitos pela Polícia Civil nas aldeias indígenas. Mais de 400 perícias. Agora, a prevenção, isso daí a Segurança Pública não tem competência para agir.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas, Secretário, o Governo do Estado não tem um planejamento estratégico onde se definem as políticas de forma integrada com as secretarias no enfretamento a essas questões?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Realmente tem, dentro de suas competências e atribuições legais, e assim faz. A lei impede que o Estado execute políticas que são específicas do Governo Federal. Na questão indígena, elas são específicas do Governo Federal.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu estou me referindo também às mulheres de um modo geral, não só às indígenas agora.

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Ah, bom, então, agora voltando aqui.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A minha pergunta é: há planejamento estratégico?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Sim.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Um planejamento do Governo do Estado prevê políticas integradas entre as diversas secretarias, inclusive a Secretaria de Segurança, no enfrentamento a essas violências, a Secretaria de Segurança, a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Saúde, a...

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Sim.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – ...de Educação, no sentido de haver um conjunto de políticas sociais para garantir o enfrentamento a essas violências?

Vou citar um exemplo, Secretário. Eu estive, domingo à tarde, na aldeia urbana Água Bonita. Eu percebi que, no centro da aldeia, existe um centro cultural, que seria a oca dos índios, completamente abandonado, que poderia ser um espaço de encontro das mulheres, de encontro dos jovens, das crianças, que poderia ser um espaço também cultural, de valorização da cultura indígena, um espaço de artesanato, enfim, um espaço onde pudesse haver treinamento. Está prevista essa política? Estou perguntando ao senhor como Secretário de Segurança. Sei que não caberia à Secretaria de Segurança desenvolver as ações específicas nessa área, mas, dentro de um planejamento estratégico, poderia estar contemplado isso.

Se o senhor não tiver condições de responder, vamos recorrer aqui às demais profissionais, mas é só para citar um exemplo do que nós percebemos da falta de políticas sociais, que o senhor também já está confirmando aqui, nessas áreas. Nós pudemos observar isso claramente.

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Quero dizer o seguinte: não é da minha área falar sobre políticas sociais, mas, dentro dessa visão estratégica do Governo, de todo o Governo, claro que existem políticas. Vou citar algumas: a patrulha mecanizada, onde o Governo dá tratores, sementes, arados, tecnologia para as diversas etnias para desenvolver agricultura; a distribuição de cestas, feita pela Secretaria de Assistência Social, para as famílias; a Secretaria de Educação faz várias políticas dentro de sua atribuição. Então, temos a Educação, a Saúde e a Assistência Social fazendo as políticas de suas competências. A Segurança Pública vai em apoio quando solicitada, mas nós não temos a predominância dessas políticas, que são das Secretarias específicas, da Subsecretaria da Mulher também. Então, a Secretaria de Segurança Pública age em apoio às outras quatro Secretarias que formulam políticas para as mulheres e para a questão indígena de um modo geral. Agora, especificamente, temos a Subsecretaria aqui, a Subsecretária, que poderá detalhar mais, com muito mais propriedade do que eu.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Secretário, ainda nós gostaríamos de saber duas questões do senhor.

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Pois não.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Há um caso – fiz a leitura antes, mas vou retomar aqui – amplamente divulgado pela imprensa, de um crime de estupro registrado no Município de Tacuru, envolvendo a indígena que tem como iniciais M.B.R. Quais as providências que estão sendo tomadas para investigar, identificar e punir o suposto autor do crime? O senhor está sabendo qual é o caso?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Eu sei a que a senhora se refere.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Sabe? Quais as providências que estão sendo tomadas? A vítima foi submetida a tratamento para evitar as doenças sexualmente transmissíveis?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Bom, a delegacia específica instaurou o inquérito policial, foi realizada a perícia, as várias perícias necessárias, e estão sendo feitas as diligências para responsabilizar o autor. Então, isso está em andamento, porque foi muito recente. Ainda não foi concluído o inquérito policial. Então, a reação, a repressão feita pela Polícia Civil, isso já está acontecendo.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Secretário, estamos fazendo uma solicitação ao senhor: assim que esse inquérito for concluído, solicitamos uma cópia de todo o processo para a CPMI. *(Palmas.)*

Tem previsão de conclusão do inquérito?

**A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA** – Boa tarde, Senadora. Ontem já havíamos falado a respeito dessa situação. O fato ocorreu na região de Iguatemi e foi encaminhado para a Delegacia de Tacuru para apuração. Assim que chegou à Delegacia, foi instaurado inquérito policial. A vítima é encaminhada para o centro de saúde para ser submetida aos exames necessários e à medicação. Foi instaurado inquérito policial. Já se iniciaram as diligências, expedidas as intimações necessárias, e existe o prazo de conclusão do inquérito policial, que é de 30 dias. Porém, em casos mais graves como esse, procura-se reduzir esse prazo para o quanto antes a gente finalizar.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Delegada, duas coisas. Primeiro, pelas informações que nós recebemos, a vítima não foi encaminhada para fazer os exames que precisariam ser feitos de doenças sexualmente transmissíveis e de uma possível gravidez.

**A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA** – Eu conversei com o Delegado de Tacuru, e ele disse que havia encaminhado.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A vítima disse que não foi encaminhada. No termo de declaração dela na Delegacia, está dito isso, que ela não foi encaminhada para fazer os exames que precisam ser feitos em caso de estupro, nem com relação a doenças sexualmente transmissíveis, nem de gravidez.

**A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA** – Se ela já foi ouvida na Delegacia, sinal de que ela foi levada até a unidade. O encaminhamento à realização de exame de corpo de delito, onde se verifica a existência de lesão corporal, a ocorrência da conjunção carnal e de ato libidinoso diverso de conjunção carnal, isso é automático, ela é encaminhada ao Imol, e isso é feito. Agora, com relação ao recebimento dessa medicação, pode ser uma liberalidade dela, porque é automático da delegacia. É encaminhado e é feito.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Delegada, então, assim que o processo for concluído, que o inquérito for concluído, nós solicitamos cópia de inteiro teor de todo o processo, de todo o inquérito.

**A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA** – Isso é a coisa mais tranquila. Aliás, se quiserem já as peças iniciais, prontamente a gente pode fornecer.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – O inquérito concluído, está bem?

**A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA** – O.k.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Outra questão, Secretário, é com relação à delegacia, à Delegada de Ponta Porã. As mulheres relataram para nós que elas têm muita dificuldade de fazer as denúncias porque a Delegada não dá o devido valor à fala das indígenas, mandando para casa para se reconciliar com os agressores. Se o senhor tiver conhecimento desse caso, gostaríamos que o senhor se manifestasse sobre isso.

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Eu desconheço esse caso e vou mandar apurar.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – O senhor vai mandar apurar?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Vou mandar apurar.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – É importante que o senhor faça essa investigação...

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Sem dúvida.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – ...para saber se a Delegada está se comportando de fato dessa forma.

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – De Ponta Porã, não é?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – De Ponta Porã. E nos informe posteriormente o retorno que o senhor tiver.

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Sim.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Secretário, de nossa parte, aqui, o que era mais essencial, já obtivemos do senhor.

Pergunto se a Subsecretária gostaria de fazer mais alguma complementação, porque o Secretário solicitou que vocês complementassem com relação... *(Pausa.)*

Na fala da senhora, então, a senhora complementa as informações do Secretário. A senhora está inscrita para falar.

**A SRª TAI LOSCHI** – Eu vou aguardar.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então, queremos agradecer ao Secretário, Dr. Wantuir, pelas informações aqui prestadas.

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Muito obrigado. Espero que a senhora venha a atingir todos os objetivos propostos da CPMI.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Quero registrar a presença dos Deputados Estaduais Marcio Monteiro, Zé Teixeira e Professor Rinaldo.

Fará uso da palavra a Srª Jadir Dantas, Gerente das Ações de Violência contra a Mulher e o Adolescente, neste ato representando a Secretaria de Estado de Saúde.

**A SRª JADIR DANTAS** – Boa tarde a todos e a todas. Vou pedir licença para ficar aqui mesmo. Se vocês acharem...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Cadê a Secretária?

**A SRª JADIR DANTAS** – A Secretária não está presente. A Drª Beatriz Figueiredo Dobash está em Brasília e por isso...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Não, nós vamos ouvir ninguém dali debaixo. As pessoas que vão prestar depoimento têm que vir aqui, na tribuna. *(Palmas.)*

Nós abrimos uma exceção para a Delegada a pedido do Secretário, para que o Secretário pudesse ter as respostas, mas não vamos inquirir ninguém sentado ali. Então, solicitamos que a senhora esteja aqui. A senhora está aqui representando o Secretário de Saúde?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Não? Então, não vamos ouvi-la. A senhora não está representando o Secretário de Saúde? *(Palmas.)*

Ele encaminhou... Como?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Não, nós vamos aqui ouvir gestores, gestores que têm poder de decisão. Olhe bem, o Secretário de Saúde... *(Palmas.)* A Secretária de Saúde justificou a ausência dela aqui hoje?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Ela informou que estava em Brasília?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Vocês encaminharam ofício?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Cadê o ofício? Não chegou às nossas mãos aqui. Vocês mandaram para onde o ofício?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Para a Assembleia Legislativa? Não, era para a CPMI que vocês tinham que ter mandado, não é?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Não, o convite que vocês receberam foi da CPMI, então é a CPMI que tem que receber o retorno.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então, nós agradecemos a presença de vocês, e nós vamos convocar a Secretária de Saúde para prestar as informações em Brasília. *(Palmas.)*

Solicito à Presidenta desta reunião que ouça o Presidente do Tribunal de Justiça porque ele tem compromisso e precisa se ausentar.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Fará uso da palavra o Desembargador Hildebrando Coelho Neto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul.

**O SR. HILDEBRANDO COELHO NETO** – Boa tarde a todos. É com satisfação que atendemos a esse convite. De antemão, quero cumprimentar a Presidente da Mesa e me omitir com relação aos homens porque os 9 meses que passei no ventre da minha mãe e o ensino que ela me deu, é isso que faz com que me ache aqui hoje.

Presidente, nós temos o nosso coordenador estadual da mulher em situação de risco doméstico e familiar, da mesma forma o nosso professor da Escola Judicial e, tão logo eu responda a essas perguntas gerais, eu pediria que o Desembargador Celso viesse aqui, porque, realmente, nós dividimos as tarefas de administrar, porque administrar é aplicar a lei de ofício.

A primeira pergunta que foi formulada foi: o que estão fazendo para diminuir a letalidade contra as mulheres e demais violências contra elas? Respondendo. Nós, do Judiciário, temos 78 Municípios e 54 comarcas. O desejo do Judiciário é que cada comarca tenha um juiz. Nós só mexemos, só lidamos com prestação de serviços. Sempre ouvimos, e hoje eu estou sendo ouvido. É diferente a posição de ouvir em audiência e ser ouvido. Nunca me preparei para ser ouvido, mas ouvi prontamente. E desses 78 Municípios, temos 54 comarcas, então, há ainda 24 Municípios em que não há comarca. Para que possa atender não só à mulher, mas ao cidadão que busca justiça, solucionar seus conflitos, toda comarca deveria... É dever do Judiciário, ele quer ter um juiz, mas, como a senhora falou, tudo passa pelo Orçamento, e por pessoas, nós, aqui, para... Será instalada essa vara no próximo dia 23, agora, e V. Exª já está convidada, essa 2ª Vara de Violência Doméstica contra a Mulher daqui, de Campo Grande; será sexta-feira. Não ocorreu ainda porque homologamos o concurso de servidores semana passada. Nós estamos sem servidores há muito tempo. Só este ano, 99, hoje já 102, se aposentaram, migraram para outras profissões, e há essa defasagem. Então, o concurso terminou agora. Da mesma forma que magistrados: nós temos 52 cargos vagos. Está aí um concurso de juiz em andamento. Se nós nomeássemos, o Governador na certa fecharia o Judiciário, porque não haveria verba para cobrir. Então, passa por orçamento. E nós não encaminhamos para a Assembleia nosso orçamento, mas sempre é cortado. Então, já que as leis são feitas lá no Senado, fica aqui uma súplica para, junto com o CNJ, que administra a Justiça em todo o País, que haja pelo menos uma espécie de salário mínimo ou uma cota mínima para os Municípios poderem colocar juízes em todas as comarcas. E, para que possamos atender às mulheres, temos que atender às crianças, temos que atender a todos, porque nós não trabalhamos só com foco nas mulheres, trabalhamos com foco em todos os cidadãos, todas as pessoas, da criança ao ancião, ao idoso, passando pelas mulheres, é lógico.

A outra pergunta seria para diminuir a letalidade. Então, nós não temos esse enfoque.

Eu pediria que eu me ausentasse, porque nós tivemos uma sessão há pouco, foi suspensa, e amanhã teremos outra, do Órgão Especial, mas nós sempre cumprimos a lei. E hoje eu vi que realmente a lei é que é importante para o Poder Judiciário. Então, espero que essas leis saiam lá da Casa de Leis, do Congresso Nacional, para que nós cumpramos, mas que nos sejam dados esses meios, porque se não tivermos meios, ficaremos no meio do caminho. O Judiciário, nesses Estados pequenos, está passando privação. Não temos juiz em todas as comarcas. Esses servidores que se aposentaram, não pudemos colocar outros, agora é que foi homologado.

Então, só um exemplo: nessa campanha eleitoral, quando foram requisitados nossos juízes estaduais para atendimento ao serviço eleitoral, direto, para atendimento, foi, por assim dizer, uma colcha de retalhos de um juiz de uma comarca responder por outra. Graças a Deus, o processo eletrônico, este ano, estará implantado aqui em Mato Grosso do Sul.

Quanto às outras perguntas específicas, inclusive sobre o princípio da bagatela, o nosso colega é da Câmara Criminal, eu, de antemão, diria: o juiz tem liberdade de julgar. Se estão descumprindo a lei, o Ministério Público recorra, os advogados recorram para que seja reformada. Então, no duplo grau de jurisdição.

Peço permissão para me retirar.

Foi uma honra vir aqui.

Gostaria que nosso colega Ruy Celso viesse à Mesa para responder às demais perguntas.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Ele está presente?

**O SR. HILDEBRANDO COELHO NETO** – Está presente.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então, vamos convidá-lo.

Eu gostaria, Desembargador, de pedir ao senhor uns 3 minutos antes de o senhor sair, porque eu gostaria de fazer a leitura das questões para que quem está acompanhando a CPMI possa saber exatamente o que compete ao Tribunal de Justiça responder e, se o senhor tiver ainda alguma possibilidade de acrescentar alguma informação, que o faça.

Mas, primeiro, eu queria dizer que a CPMI não recebeu do Poder Judiciário do Estado as respostas aos requerimentos que foram feitos ao Poder Judiciário. Nós encaminhamos a todo o Poder Judiciário de todos os Estados uma série de perguntas, e nós não obtivemos respostas até a presente data. Então, concedo hoje mais 1 semana de prazo para que essas respostas solicitadas anteriormente possam chegar à CPMI. Se, quanto a essas perguntas de hoje, nosso Desembargador também não responder a todas, solicitamos, assim como solicitamos ao Secretário de Segurança, que nos responda no prazo de 1 semana. Mas é importante que as respostas sejam dadas hoje. Então, eu gostaria de fazer a leitura dos nossos questionamentos.

É possível o senhor aguardar um pouco?

**O SR. HILDEBRANDO COELHO NETO** – Eu queria esclarecer que o que recebi desta Comissão foi esse requerimento formulado pela senhora e este convite aqui, convidando para hoje, às 14 horas, no plenário da Assembleia.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Não. Nós encaminhamos isso ainda no final do primeiro semestre, em tempo.

**O SR. HILDEBRANDO COELHO NETO** – O que eu recebi foi este aqui, dia 24 de outubro de 2012.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Nós encaminhamos. Chegou. Nós vamos...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Certo. Então, vamos verificar o que aconteceu com a Secretaria. O Oscar é o nosso Secretário responsável por esses encaminhamentos.

**O SR. HILDEBRANDO COELHO NETO** – Pode encaminhar o questionamento, que nós responderemos e iremos buscar os dados concretos que estiverem ao nosso alcance.

Então, eu gostaria de chamar meu colega aqui e assumir, com licença.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Desembargador, Presidente, muito obrigada pela presença do senhor. Como é o nome do senhor?

**O SR. RUY CELSO** **BARBOSA FLORENCE** – Primeiramente, eu gostaria de pedir licença para falar daqui, se possível.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Pode ser. Pode ser.

**O SR. RUY CELSO** **BARBOSA FLORENCE** – Meu nome é...

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Dr. Ruy Celso.

Dr. Ruy Celso, eu vou fazer algumas perguntas que são importantes que sejam do conhecimento do senhor e dos demais que estão aqui presentes.

Olhe bem, em visita à Vara de Violência Doméstica, na tarde de ontem, foi nos informado que, em novembro, realmente será instalada a 2ª Vara de Violência Doméstica. Conforme eu disse inicialmente aqui, na minha fala, nós consideramos essa disposição do Poder Judiciário aqui do Estado de Mato Grosso do Sul muito importante, porque a existência de apenas uma Vara de Violência Doméstica localizada aqui na capital é insuficiente para atender toda a demanda.

A Vara, conforme nós vimos, está sobrecarregada. Em maio de 2012, a Vara de Violência Doméstica possuía 6.354 feitos, sendo 4.729 processos criminais e 1.625 procedimentos entre medidas protetivas, inquéritos policiais, cartas precatórias. E, diante do volume de processos, as audiências estão sendo marcadas para setembro de 2013. A informação de novembro é de que as audiências estão sendo marcadas para 2014.

Que outras providências vocês estão pensando em adotar para solucionar esse problema da sobrecarga, além da criação da 2ª Vara?

Também quero aqui destacar que é muito importante o Tribunal considerar a violência doméstica como uma prioridade. Há mais varas criminais e de juizados criminais com número de inferior de processos do que os que tramitam nas varas de violência doméstica. Quando nós olhamos os processos que estão na Vara de Violência Doméstica e nas demais varas, o número de processos que estão nas demais varas é muito inferior. É fundamental estabelecer, então, uma política estratégica, a ampliação de varas na capital e a criação de varas também no interior. O Tribunal está pensando sobre isso? Tem políticas para isso? Tem alguma decisão tomada com relação a isso?

Nós gostaríamos também que o senhor esclarecesse o princípio da bagatela. O Presidente do Tribunal se manifestou muito rapidamente, mas gostaríamos de ouvir do senhor sobre o princípio da bagatela imprópria aos crimes de violência doméstica, porque o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou afirmando que os crimes de violência doméstica não são de menor potencial ofensivo, ou seja, são crimes graves e que, portanto, não podem ser tratados como bagatela. Como o Tribunal pensa em enfrentar esse flagrante descumprimento da Lei Maria da Penha? Quais são os planos da Coordenadoria da Violência Doméstica para os próximos anos? Como a Coordenadoria está atuando junto aos juízes que aplicam a Lei Maria da Penha?

Em relação aos processos criminais relacionados ao estouro da Clínica de Planejamento Familiar em 2008... Em 2007, na verdade. Eu gostaria de saber se as mulheres ainda estão sendo processadas. Solicito ainda que sejam enviadas a CPMI informações sobre o número de processos tramitando e de mulheres que foram condenadas e quais as penas aplicadas.

Outra questão, são aplicados os institutos despenalizados da Lei nº9.099, de 1995, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher na vara especializada desta capital? E, no interior, como é que funciona? Quantas medidas de proteção foram concedidas deste a instalação da vara especializada? Qual é o prazo utilizado para a análise das medidas e para a devida notificação dos agressores?

O senhor está com as perguntas em mão?

**O SR. RUY CELSO** **BARBOSA FLORENCE** – Antes de mais nada, boa tarde. Eu cumprimento aqui a ilustre Vice-Presidente da CPMI, Keiko Ota, e a Srª Relatora, Senadora Ana Rita. Quero dizer que é com muita satisfação que eu estou aqui.

Eu, na verdade, estou nesse cargo de Diretor da Coordenadoria da Violência Doméstica contra a Mulher a pedido. Eu fui até a Presidente do Tribunal e, desde o ano passado, reivindiquei essa função, porque eu sou, na verdade, um amante dessa luta. Não ganho nada para isso, faço isso com o maior carinho e amor possível.

Conheço o nome da senhora, Senadora Ana Rita, pela mídia, e sei do trabalho sério que a senhora exerce. Sei também da Deputada Iolanda Ota. Aliás, Senadora Ana Rita, temos uma amiga em comum, que é a Juíza Hermínia, do Estado do Espírito Santo, titular da Vara de Violência Doméstica. Ela é muito minha amiga e sei que é amiga da senhora também, com quem a senhora pode tirar as referências sobre a minha pessoa, se for necessário.

Respondendo às questões – aquela genérica que, inclusive, o Sr. Presidente se propôs a responder eu vou só complementar –, as autoridades aqui do Estado de Mato Grosso do Sul – Defensoria Pública, Magistratura, Ministério Público –, nós temos, frequentemente, nos últimos anos, nos reunido através de cursos, palestras, congressos, inclusive promovidos pela própria OAB, sempre em volta desses cursos relacionados à Lei Maria da Penha. Tenho aqui o testemunho, inclusive, da Dra. Carla Stefanini, que foi a Subsecretária da Mulher aqui no Estado. E, diversas vezes, não uma ou duas vezes, estivemos reunidos, muito antes de eu ser coordenador, aliás muito antes de eu ser desembargador, em volta desse tema e promovemos, em convênio, cursos, palestras, *workshops* a respeito desse tema. Ao ponto de algum tempo os juízes – eu sempre estive na Escola da Magistratura – chegarem para mim: “Você só promove isso aqui? Não tem mais nada para fazer a não ser Maria da Penha? Já estamos ficando cheios de Maria da Penha aqui.” Esse é o resultado final que estou passando para a senhora sobre tantos cursos que nós fizemos, inclusive com convênios com o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Muito bem, estivemos inclusive – está aqui o seu Élcio, líder indígena guarani – diversas vezes na aldeia urbana em que a senhora já esteve. Eu estive lá sábado e domingo, trabalhando com sub-registro. Tudo isso para proporcionar algumas coisas a essas pessoas.

Não estou me defendendo. Também não vim aqui para me defender. Pelo contrário, vim defender o Tribunal. Quero expor o que nós já fizemos, para aquilo que nós pudermos fazer ainda ser complementado por todos que estão aqui. Quero deixar bem clara essa situação.

A segunda questão genérica aqui fala quanto ao orçamento, às ações especificas que cada instituição enfrentou na violência doméstica contra as mulheres. Ora, veja bem, com relação às varas, aos servidores, o Tribunal de Justiça possui um orçamento genérico, certo? Quanto à Coordenadoria das Mulheres no Enfrentamento da Violência Doméstica, a minha coordenadoria, de que eu sou diretor, eu aprovei para o ano que vem, a pedido meu, o orçamento de R$199 mil. Orçamento para quê? Está aqui, inclusive, o comprovante do orçamento aprovado. Esse orçamento é para quê? Esse orçamento é para diárias, para locação de imóvel, para produção jornalística, para serviço de áudio, material técnico, material de copa e cozinha, certo? Ou seja, esses R$199 mil são para a manutenção, simplesmente, da Coordenadoria. Os cursos, palestras, *workshops* e tudo mais que nós promovemos em torno do tema também são do orçamento geral ou genérico da Escola Judicial do Estado. Nós não gastamos esse orçamento para isso.

Muito bem, eu coincidentemente estou hoje acumulando a função, eu sou o Diretor-Geral da Escola da Magistratura aqui do Estado, e nós aprovamos, de um modo geral, na Escola – não temos como especificar quanto nós vamos gastar especificamente com esses cursos para a violência doméstica hoje –, o orçamento de mais de R$7 milhões. Então, a luta... No ano passado, Senadora Ana Rita, é importante dizer, na Coordenadoria da Violência Doméstica, o orçamento que eu peguei era orçamento zero, hoje é de R$199 mil. Na criação da Escola, o orçamento era de R$30 mil, hoje passa de R$7 milhões, isso em menos de 1 ano, certo?

Com relação à situação da capital, das Varas da Violência Doméstica, a criação dessa segunda Vara parece, pelo menos, temporariamente vai – não digo resolver a situação – amenizar e muito a situação. Eu gostaria de esclarecer que, embora hoje haja mais de sete mil processos – há 7.012 processos especificamente –, trabalhamos com sistema informatizado e, dia a dia, sabemos quantos processos há; é só entrar no *site* e poderá verificar que hoje há 7.012 processos. Esses 7.012 processos não significam que foram 7.200 agressões ou 7.200 violências. Cada caso se desdobra em quatro processos. Um é o flagrante, que é distribuído, ganha um número de processo e é imediatamente arquivado. Outro é a medida protetiva, que é dada pelo Juiz. É um segundo processo sobre o mesmo caso. Outro é o pedido de revogação da medida protetiva – um pedido de liberdade provisória, uma coisa assim. O outro é o processo principal, em que a pessoa será ouvida e condenada.

Então, esses 7.012 – 7200 – processos, na verdade, constituem 7.200 divido por 4. E não se trabalha em todos eles dessa forma. O inquérito entra, é distribuído imediatamente, imediatamente.Isso já responde à próxima questão. O Juiz da Vara de Violência Doméstica aqui da capital não leva mais do que uma hora – estão aqui os promotores como testemunhas – para conceder a medida protetiva; entrou o inquérito policial, o exame de flagrante, normalmente, em uma hora isso é convertido em preventiva ou dado, desde já, a medida protetiva – em uma hora. Há quatro oficiais de justiça na Vara de Violência Doméstica e haverá na próxima também. Todo equipamento que existe nessa Vara existirá na próxima, a partir do dia 23. O mandado é levado ao oficial de justiça até às 19 horas e é cumprido imediatamente. Se for saída do lar, cumpre-se, inclusive, no período noturno. Das outras, pela própria Constituição, é proibido o cumprimento após as 18 horas, MS a saída do lar é cumprida imediatamente. Isso já responde outra questão.

Nós não temos nenhuma outra perspectiva atual para a capital do Estado, a não ser a criação dessa Vara que vai amenizar, e muito. Como eu disse à senhora, dividindo os sete mil e poucos processos por quatro e depois por dois, o número cai bastante. Acho que vai ser razoável. Se hoje o Juiz está dando conta, embora ele não dê conta de fazer todas as audiências, por questão de tempo e prazo. Por isso. ele joga para 2013, 2014; ele tem marcado vinte audiências por dia. Não há condições de fazer mesmo. Mas, agora com essa instalação, vai reduzir, e muito.

Se a senhora quiser acrescentar...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Há duas questões que eu gostaria de ver com o senhor.

Então, não há previsão de haver uma nova Vara mais para o interior do Estado?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Do Estado, tenho aqui... Posso mostrar à senhora. Tudo aqui está documentado. Esse é um pedido que eu fiz, que já está sendo atendido pelo Tribunal.

Vou ler para senhora o ofício – esse ofício é antigo, tem mais ou menos três meses. – que encaminhei ao Presidente do Tribunal:

*Por isso, com foco na criação de políticas efetivas para a mulher, em respeito ao gênero feminino, proponho a criação de mais uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher na Comarca de Campo Grande [esse já foi atendido].*

*Para o interior do Estado, sugiro, nas comarcas que têm duas ou mais Varas Criminais instaladas, ouvidos os magistrados locais, que uma delas tenha a competência especializada em violência doméstica.*

A especialidade é diferente da privacidade. Ela não pé uma Vara privativa. Não temos orçamento nem condições de fazer isso. Há comarcas no Estado – a senhora deve estar com a estatística na mão – em que há um processo e há comarca em que não há nenhum processo, por exemplo, a Comarca de Maracaju, nenhum processo.

O que significa isso? Significa falta de conscientização, no meu modo de ver. Não há violência lá? Deve haver. Talvez até mais do que em outras comarcas. Na maioria das comarcas do interior, há 10 processos, 15 processos , 20 processos, 50 processos, que não justificam a criação de uma Vara específica, mas justificam a especialização de uma delas. Para quê? Para que os servidores, os magistrados e o próprio Ministério Público sejam especializados naquilo, mas, realmente, criar uma Vara para 10 processos, 20 processos ou nenhum processo seria incoerente.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E para a segunda Vara, doutor, está prevista a criação da contratação de profissionais para montar a equipe multidisciplinar?

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Equipe disciplinar é obrigação da lei. Eu tenho certeza de que isso deve ser feito. Hoje estamos utilizando equipe multidisciplinar de modo genérico, que é a mesma. Duas servidoras foram disponibilizados para a Coordenadora: a Vanessa, nossa assistente social, e a Adriana, que é a nossa psicóloga; mas, para as Varas, realmente – está na lei –, eu acredito que isso seja obrigatório e deverão ser contratados.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Hum, hum.

**O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI** – Quanto à primeira pergunta, acho que está respondida.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – O senhor falou aqui da Vara. Agora, eu gostaria que o senhor falasse um pouco...

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – Fiscalização no interior e criação dessa Vara na capital.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu gostaria que o senhor falasse novamente sobre a questão do princípio da bagatela.

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – Princípio da bagatela.

Eu realmente concordo plenamente com a senhora, não há nem como não fazê-lo, mas gostaria de trazer uma boa notícia. Duas coisas. Primeiro, quando foi reconhecido o princípio da bagatela, foi da bagatela imprópria e não da própria. O que significa isso? A bagatela imprópria é quando diz que a violência é insignificante. Não foi isso que foi reconhecido, graças a Deus. O que foi reconhecido é: houve a violência, mas a pessoa não precisaria cumprir pena. Eu não estou defendendo isso, também não. Eu estou só justificando para a senhora que a bagatela imprópria é diferente da bagatela própria. Bagatela própria: é insignificante; bagatela imprópria: esse cidadão não precisa mais de pena. Por quê? Porque, no caso específico, que eu fiz questão de analisar – eu não estava ainda trabalhando nessa câmara criminal, nem nesta seção –, a pessoa afirmou, com todas as letras, que tinha se reconciliado com o marido, que estava vivendo bem há mais de ano. A demora nos processos leva a isso – ou leva à morte ou leva à união. Essa é uma realidade. Eu não estou dizendo que sou a favor, nada disso. É que acaba acontecendo alguma das duas coisas: ou piora ou melhora.

Mas a boa notícia que eu tenho a trazer para a senhora, Senadora – e isto até pode parecer prepotência da minha parte –, é que, com a minha chegada à câmara criminal e à seção criminal, não na base da briga, mas na base do beijo e do abraço, na base da conversa, na base do carinho, eu consegui reverter essa situação. Hoje, a seção criminal de Campo Grande – que é seção, ela julga além das câmaras reunidas – julga da seguinte forma e eu sou o relator:

*Tratando-se de crime relacionado com violência doméstica ou familiar contra a mulher, é inviável a suspensão condicional do processo, nos termos do artigo 41 da Lei nº 11.340. Havendo provas seguras da materialidade ou autoria do crime, é de se manter o édito condenatório.*

*Agora, o princípio da insignificância não se aplica em delitos praticados contra a mulher em situação de violência doméstica, pois a sua integridade física possui grande relevância para o Direito Penal. A substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito, nos casos de violência contra a pessoa, encontra-se óbice na vedação imposta pelo art. 44, I, do Código Penal.*

Essa decisão da seção é bem posterior, no caso, àquela decisão anterior que reconheceu a bagatela imprópria. E são os mesmos componentes.

Eu queria passar para a senhora. Há outra aqui, de 02/07/2012, cuja relatoria também é minha: “Não se aplica o princípio da insignificância quando as condutas havidas foram deliberadas e causaram temor à vítima, mormente pela incompatibilidade com a Lei n.º 11.340”.

Então, considero hoje um caso superado, embora, individualmente, algum desembargador – são dois, na verdade – vote assim. Mas não consegue mais superar a decisão na seção e na câmara.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então, o tribunal não está mais adotando o princípio da bagatela?

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – Não mais. Dois desembargadores votam assim, mas são vencidos na câmara e são vencidos na seção. Esses são os últimos julgamentos que tenho aqui e posso passar para a senhora. Temos um antes e um depois.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Está bom. Muito obrigada.

Outra questão, Dr. Ruy.

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – Pois não.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – É com relação aos crimes relacionados ao estouro da clínica de planejamento familiar.

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – Infelizmente, Senadora, sobre esse caso, não vou poder responder à senhora, pois, como isso não envolvia, à época, violência doméstica, nem violência contra a mulher, a não ser no caso específico da liberdade da mulher, que é uma situação muito polêmica hoje – e o Código Penal nosso está muito mais voltado ainda, infelizmente, para a questão do aborto e, ali, estavam se apurando crimes contra um feto, crimes, na verdade, contra a vida, não em defesa da mulher –, essa situação realmente não foi nunca abordada pela nossa coordenadoria. Mas eu posso ver para a senhora e responder depois.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Nós gostaríamos que, se for possível, o senhor encaminhasse para a CPMI as informações aqui solicitadas, como o número de processos que estão tramitando ainda, quantas mulheres foram condenadas, quais as penas que foram aplicadas. Gostaríamos que o senhor encaminhasse, então, todas as informações, as mais atualizadas possíveis, para a CPMI.

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – Com certeza.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E com relação aos institutos despenalizadores da Lei nº 9.099?.

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – Esses institutos despenalizadores, na verdade, seriam, pelo que entendo, a suspensão condicional do processo e a transação. Nenhum desses dois institutos são aplicados aqui, na capital.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E no interior?

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – No interior do Estado, alguns casos, que eu saiba, na Comarca de Corumbá.

Estamos tentando fazer isso... Infelizmente, como aquilio que o nosso Presidente afirmou e é uma realidade, o juiz tem uma certa independência para fazer essas coisas, e isso acaba gerando determinadas situações. Nós temos tentado, com esses cursos, com essas palestras, com esses *workshops*, mudar essa situação, mas, na verdade, mexer com 200 juízes cada um e conseguir unanimidade é muito difícil. Mas aqui na capital, com certeza, não se aplica nenhum. E o Tribunal também não. O Tribunal não concede.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – No caso do interior, então, Dr. Ruy, os juízes estão julgando contra a decisão do Supremo? Como o Tribunal...

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – Não, eu não disse que eles estão julgando contra. Eu falei que não sei do interior, porque não tenho como avaliar. Quando não há recursos, não chegam ao Tribunal, não temos como avaliar como desembargador. E, como coordenador, também não posso fazer uma interferência tão direta. Eu sei que, no interior, em um ou dois casos, como é o de Corumbá – estou sendo sincero com a senhora –, que faz isso.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Sim.

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – Estou tentando mover essa situação. Agora, julgar contra a lei ou a favor da lei é uma situação difícil, de que cabe inclusive recurso.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Está bem. Nós vamos também fazer esse questionamento para o Ministério Público, depois...

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE**  – Claro, por favor.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Por último, Dr. Ruy, nós gostaríamos que o senhor falasse um pouco também, se for possível responder agora, quantas medidas de proteção foram concedidas desde a instalação da vara especializada?

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – Olha, desde a instalação, também não sei responder. Nesse ano, mais ou menos, 5 mil medidas protetivas já foram concedidas.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E qual é o prazo para concessão da medida protetiva que normalmente vocês...?

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – Uma hora, meia hora. Depende. Não passa de uma hora. Chegando lá o inquérito, imediatamente, o juiz já faz isso, porque é eletrônico inclusive. Com certeza, somos os mais rápidos do universo. *(Palmas.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então, agradecemos...

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – Eu gostaria de falar para a senhora, sobre as outras questões que foram feitas, os planos da Coordenadoria da Violência Doméstica para os próximos anos, se a senhora quiser...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – É importante. Se o senhor puder responder. Eu acabei não retomando essa pergunta.

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – Nós temos alguns projetos. Inclusive, a senhora sabe que, no dia 7, teremos o lançamento da campanha “Compromisso e Atitude – a Lei é Mais Forte”. O Conselheiro Ney, da Conciliação da Justiça, vai estar presente; a Maria Aparecida, da Secretaria da Mulher, de Brasília, vai estar presente.

E, daí para frente, temos programado para o ano que vem, já no mês de junho, outro curso voltado para juízes, magistrados e servidores, em parceria com outras instituições, sobre a Lei Maria da Penha.

E temos dois projetos que já estão em andamento: um ligado à divulgação da Lei Maria da Penha nas escolas estaduais e municipais, do Município de Campo Grande, inicialmente; outro, voltado para as mulheres trabalhadoras de usina, voltado, em princípio, para as usinas de Maracaju, que já estão em andamento. Esses são os projetos que temos, rapidamente, para dizer para a senhora. Mas tenho aqui uma lista de todos eles, de planejamento apenas, que não estão ainda em andamento.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Dr. Ruy, queremos agradecer muito à sua presença, queremos inclusive dizer que informações novas do Tribunal que vocês considerem importante informar à CPMI nos poderão ser repassadas posteriormente, para que possamos agregar ao nosso relatório essas informações. Parabenizo também o Tribunal pelas iniciativas que tem adotado recentemente, com a criação da 2ª Vara e com o compromisso do senhor, como o coordenador da Coordenadoria da Mulher, do Tribunal.

Então, parabenizá-lo pela sua atuação e pela sua presença aqui hoje.

**O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE** – Muito obrigado, Senadora. *(Palmas.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Obrigada. Nós nos colocamos também à disposição de vocês.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Fará uso da palavra Tai Loschi, Subsecretária da Mulher e da Promoção da Cidadania, Secretaria de Governo. *(Palmas.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Tai, a senhora poderia fazer uma exposição inicial a respeito daquelas questões que ficaram pendentes, da Secretaria de Segurança e, posteriormente, nós faremos algumas perguntas.

**A SRª TAI LOSCHI** – Srª Relatora, Senadora Ana Rita; Vice-Presidente, Deputada Federal Keiko Ota; Deputado Pedro Kemp, autoridades presentes, movimentos sociais, meus colegas de trabalho aqui presentes – está toda equipe de onde a senhora visitou ontem, tanto da Coordenadoria da Mulher, da Subsecretaria, do Centro de Referência, da Casa Abrigo, do Projeto do Homem Agressor. Estão todos aqui, para que a gente possa, da melhor maneira, registrar todos os questionamentos.

Eu trouxe a apresentação, para que todas as pessoas tenham a oportunidade de acompanhar. Vou falar sobre enfrentamento à violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul.

Eu gostaria que V. Exª me assessorasse e me informasse 5 minutos antes de acabar o meu tempo.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Do seu tempo, não é? Nós vamos coordenar aqui na Mesa.

**A SRª TAI LOSCHI** – Obrigada.

Eu vou falar agora dos serviços. Nós temos uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A previsão da segunda vara já foi comentada, e vai ocorrer agora em novembro de 2012. São duas promotorias especializadas, da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e três defensorias especializadas de atendimento à mulher, em Campo Grande, Dourados e Corumbá.

Os serviços: 12 delegacias de atendimento à mulher, 11 centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência, duas casas abrigo para as mulheres em risco de morte, uma em Campo Grande, outra em Dourados, e o Serviço de Responsabilização em Educação do Agressor, cuja equipe está aqui presente também.

Os organismos de políticas para as mulheres. Isso começou em 2007, na gestão do Governador Zeca, do PT. Criaram 13 organismos de política para as mulheres. A partir de 2012, subimos o número, sendo 25 municipais e 2 estaduais. A intenção, pela SPM, é avançar mais 10% agora, a partir de 2013.

Agora, dia 30 de junho de 2012, foi criada a Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania, da qual está presente a Drª Professora Raimunda, responsável pela Igualdade Racial, aqui na primeira fileira.

Vou falar das estruturas do controle social. Está presente aqui a presidente do conselho estadual – suspenda a mão –, Cristiane Duarte. São três conselhos municipais no Estado todo e um Conselho Estadual de Direito da Mulher, no qual temos assento.

O pacto nacional vai responder parte da pergunta que a senhora fez ao Dr. Wantuir Jacini. Começou em março de 2009, e a repactuação está prevista para o primeiro semestre de 2013. Estão ajustando a agenda da Ministra Eleonora Menicucci com o Governador do Estado.

Vou falar do pacto MS, os projetos que existem e que vão chegar à capacitação, Srª Senadora. No Projeto Capacitando para Enfrentamento da Violência contra a Mulher, a capacitação já aconteceu com os CRAs, CREs, delegacias, Polícia Militar, Civil, Corpo de Bombeiros, Conselhos de Direitos da Mulher, centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência e os operadores do Direito. Isso já aconteceu, e já prestamos conta até 2012.

Outro projeto: campanha de enfrentamento à violência contra a mulher, que foi sensibilizar e informar à sociedade sobre o fenômeno da violência contra as mulheres a partir da perspectiva de gênero e defesa dos direitos humanos das mulheres; campanha de mídia; concurso de desenho que aconteceu nas escolas públicas estaduais e que movimentou todo o corpo docente e discente das escolas públicas da rede estadual.

Nossas parceiras desse projeto estão aqui presentes no evento.

Esse projeto foi finalizado com a entrega da premiação em 2011.

Outro projeto: “Capacitando para enfrentamento ao tráfico e exploração sexual de mulheres”, em relação ao qual a Senadora teve oportunidade de ver toda a programação lá, quando visitamos o Centro de Referência Cuña Mbaretê.

Foi um evento que atendeu, aqui em Campo Grande, para finalizá-lo, 300 pessoas, mas viajamos para 10 cidades próximas à fronteira, levando essa capacitação para as cidades fronteiriças. Esse projeto também foi finalizado em 2012, com prestação de contas, tudo ok.

Outro projeto: criação de centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência, oferecendo as condições necessárias de infraestrutura.

Qual é essa infraestrutura? Equipamentos, mobiliário, veículos, locação de imóveis para nove Municípios-polo do Mato Grosso do Sul. Como explicamos, nessa edição nós trabalhamos com Municípios-polo, que são as cidades com número maior de habitantes.

Esse projeto está em execução, porque ainda estamos em fase de viabilização de alguns equipamentos que demoram a ser adquiridos com a licitação vigente.

Reestruturação das delegacias de atendimento à mulher.

Ontem a senhora lembrou quando perguntou das viaturas. Parte dessas viaturas foi oferecida por esse pacto, esse projeto de reestruturação das delegacias. E as delegacias do interior vieram aqui buscar todo o equipamento eletrônico e os veículos. Finalizado em 2011.

Outro projeto: “Fortalecendo os organismos de política para as mulheres”, para dar maior visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos organismos de política para as mulheres do Estado, do qual já estamos oferecendo a terceira edição. Aqui temos o relatório de todos os Municípios, o que vem acontecendo, o que está sendo inaugurado, o que vem se reestruturando. Estamos na terceira edição que já apresentamos para a senhora. E, na saída, esse material também vai estar disponível à plenária.

Implementação de ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher: fortalecer os organismos de política para as mulheres; produzir material informativo e educativo sobre gênero; violência contra a mulher; a Lei Maria da Penha; realizar capacitações com a rede de atendimento. Temos feito muito isso com mulheres do campo e da floresta.

Esse projeto está em execução e 2013 é que nós vamos atingir as mulheres indígenas e do campo. Ainda estamos caminhando com ele.

O montante de recursos do Governo Federal, cinco milhões, cento e cinquenta, e o montante de recursos do Governo do Estado, 572 mil.

Eu trouxe aqui, separadamente, para apresentar o relatório do orçamento liberado para o nosso trabalho. Vou apresentar para a senhora. Data de 2007 até 2012. Quanto a 2013, ainda não tenho a informação, mas podemos providenciar.

Vou falar do plano estadual. Nosso plano está sendo construído.

O plano estadual tem várias etapas. A primeira foi com as propostas oriundas das conferências municipais, estadual e nacional.

Para a sua informação, Senadora, até as presidiárias reeducandas participaram das conferências livres, das conferências municipais, da conferência estadual e da nacional também.

A segunda etapa do plano é a estadualização das propostas pela gestão pública e as reuniões com os representantes, porque aqui nós temos a câmara técnica para a discussão do pacto e do plano de enfrentamento à violência contra a mulher. E esse plano também foi amplamente discutido em reuniões com secretarias como a da saúde, a da educação, as Setas e o Conselho dos Direitos da Mulher. Até foi formada uma comissão dentro do Conselho para acompanhar o plano.

Hoje, onde está o plano? O corpo dele está todo pronto, a consultora que foi contratada para acompanhar os trabalhos é doutora no assunto – a psicóloga social Jacira Curado, que é especialista nisso – e o plano está na gráfica. Esperamos que até o início de março, ao comemorar a Lei Maria da Penha, possamos oferecer para a população o nosso plano estadual de política para as mulheres.

Outras ações que vimos desenvolvendo: sensibilizações junto à sociedade através de parceria com as demais secretarias para a participação em eventos e as capacitações, a fim de divulgar direitos das mulheres e discutir relações sociais de gênero.

Nós temos feito muito. Temos relatório com o quantitativo de pessoas, com lista de frequência, local, data e fotografias se for preciso apresentar aos senhores.

Realizamos outras ações, como a sensibilização junto à sociedade em escolas, em igrejas, em associações de bairros e empresas. Aqui está a nossa coordenadora Lelis Teresinha Gomes, de Campo Grande, que realizou, com a nossa participação, dentro das escolas, nos CRAS e nos CRESS todas as palestrantes, informando aonde a mulher busca ajuda, os endereços, os panfletos, todo o trabalho conjunto entre o Governo do Estado e a capital.

Inclusão da perspectiva da mulher negra nas ações, mostrando a valorização dessa parcela da sociedade.

A Professora Raimunda tem um trabalho extremamente dedicado nessa vertente e estamos convidando a todos, aproveitando a ocasião, para que dia 20 estejam conosco, porque é o Dia da Consciência Negra. Às oito horas da manhã, na governadoria, vamos comemorar essa data tão significativa.

Quero falar agora da Central de Atendimento à Mulher Ligue 180.

Nós estamos em quinto lugar no ranking das ligações do 180, que é uma ligação gratuita. E Campo Grande, a capital, chegou ao primeiro lugar justamente no mês de agosto. De cada 100 mil mulheres, 65% são residentes em Campo Grande e procuraram o 180.

Perguntei à equipe da Ministra Eleonora Menicucci como receber esses dados. Segundo Jacira Melo, do Instituto Patrícia Galvão, esses dados, segundo os quais estamos em primeiro lugar no ranking, significam que as mulheres vitimizadas estão recebendo informação sobre onde buscar ajuda. É através do 180 que elas buscam a rede de enfrentamento não só em Campo Grande, mas em todo o Estado. E a rede tem essa credibilidade, porque trabalhamos com a mesma sintonia com as delegacias, com a Defensoria, com as promotorias, com os conselhos.

Isso demonstra que o trabalho feito sob a administração da Carla Stefanini e, a partir de junho, pela nossa equipe mostra que estamos no caminho certo, mas muita coisa precisa melhorar, ajustar.

Então coloco à disposição toda a equipe que está comigo. Se não pudermos responder às perguntas agora, nós as encaminharemos em tempo hábil.

Muito obrigada pela atenção.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Tenho algumas perguntas que não sei se estão relacionadas diretamente à Subsecretaria.

Nós visitamos o centro de referência, que é um prédio novo, uma iniciativa importante da Subsecretaria da Mulher. O centro de referência fica num prédio que conta inclusive com a presença da Defensoria Pública. E eu gostaria de saber como é a relação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher com os CREAS e os CRAS da Assistência Social.

**A SRª TAI LOSCHI** –Nós fazemos um trabalho integrado, considerando que tanto a SAS, que é a Secretaria de Assistência Social do Município, responsável pelos CRAS e CREAS, quanto a Setas, que é a Secretaria de Governo de Assistência Social e Trabalho, trabalham em interação. Toda vez que há um evento no CRAS e no CREAS, temos a questão de gênero lá dentro, além de todas as informações.

Outro dia levamos toda a equipe de CRAS e CREAS quando mudamos de endereço, o Cuña Mbaretê. Lembra-se de que falei que ficávamos próximos à delegacia antiga, que a delegacia veio para a Rua 7 e nós viemos junto?

Fizemos uma reinauguração e convidamos as coordenadoras de CRAS e CREAS para interagir com a equipe do Centro de Atendimento à Mulher Cuña Mbaretê. Então as palestras que acontecem lá na ponta, lá no bairro, o próprio Município, conosco, tem acompanhado todo esse trabalho.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Subsecretária, na verdade, no que se refere às mulheres vítimas de violência, que estão em situação de violência, vocês têm procurado fazer um trabalho integrado nesse sentido de diálogo, de construção de formas de atendimento conjunto entre o Centro de Referência da Mulher e...

É porque os CRAS e os CREAS atendem às famílias na perspectiva da política de assistência social. Possivelmente, muitas dessas mulheres que procuram os CRAS em busca de outros benefícios também são vítimas de violência doméstica. Como se dá essa articulação?

**A SRª TAI LOSCHI** –A partir do momento em que a assistente social e a psicóloga, fazendo a avaliação do quadro da família, do quadro social, percebe que existe a violência doméstica imediatamente o telefone é acionado para o Cuña Mbaretê. Até a disponibilidade do carro de lá para cá ou daqui para lá já vem para esse acolhimento. Se o caso for de violência, nós vamos cuidar.

Quando a criança, acompanhada da mãe, no caso de violência doméstica, está na escola, e precisa se afastar do lar, tudo isso é assistido junto com as diretoras de escola, para que a criança não perca o acompanhamento nem as provas. Então essa mãe e essa criança são assistidas junto com a diretora no ir e vir. A diretora encaminha o relatório para o centro de atendimento e casa-abrigo e vice-versa.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E tem capacitação, por exemplo, dos profissionais que estão nos CRAS e nos CREAS em termos de violência doméstica?

**A SRª TAI LOSCHI** –Com certeza. Várias capacitações. Aqui está a funcionária que foi superintendente no início do Governo do Dr. André, Ione Coelho, que prontamente fez essa interligação para que ocorressem dessa forma todas as informações e orientações, além do acolhimento devido.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Muito bem.

Subsecretária, quais são as políticas desenvolvidas para enfrentar a violência contra as mulheres indígenas, negras e quilombolas?

Sabemos da criação do centro de referência, a senhora está explicando essa articulação com os CRAS e com os CREAS, que são formas de enfrentamento da violência. Que mais? Que outras políticas existem, inclusive com relação às mulheres indígenas, negras e quilombolas?

**A SRª TAI LOSCHI** –Esse assunto é amplamente debatido no Conselho Estadual. Temos procurado abrir mão de outras agendas quando ocorre a reunião do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, onde estamos justamente debatendo qual será o nosso jeito de caminhar, porque a senhora percebeu que não é fácil essa comunicação, considerando os caciques das aldeias. Mas toda informação, toda capacitação que temos, nós procuramos as lideranças indígenas e as lideranças quilombolas – está aqui a Professora Raimunda –, oferecendo o convite para que elas venham às nossas reuniões.

Quando se realiza a reunião lá, ocorre o mesmo que aconteceu com a senhora: são poucas pessoas que vão, a mobilização fica desarticulada, porque não existe um interesse maior do cacique de que nós fiquemos mais próximas dessas mulheres para esse trabalho.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Secretária, nós precisamos fortalecer as mulheres indígenas, então...

**A SRª TAI LOSCHI** –Com certeza.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Lideranças, mulheres com potencialidade, com disposição.

**A SRª TAI LOSCHI** –Volto a lembrar que para 2013 já temos recursos para realizar as capacitações tanto nas oito etnias quanto nos quilombolas.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E previsão de creche? Tem creche para as mulheres indígenas? Possivelmente não. Tem previsão de construção de creche?

**A SRª TAI LOSCHI** –Eu não posso responder a essa pergunta, porque cabe à Secretaria de Assistência Social e Trabalho, mas existe a preocupação, porque nos presídios já existe creche para atender às crianças das reeducandas até terminar a amamentação.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Já existe essa articulação da Subsecretaria com as demais secretarias nesse sentido, com a Secretaria de Educação, por exemplo, com a Secretaria de Assistência Social, no sentido de ter creche, em especial para as mulheres de áreas urbanas que dependem de um espaço para colocar as suas crianças, para que elas possam trabalhar fora?

**A SRª TAI LOSCHI** –É uma preocupação. Nós estamos preocupadas também com esse ponto...

*(Manifestação do plenário.)*

**A SRª TAI LOSCHI** –Eu pediria silêncio.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Gente, peço às mulheres presentes, se não a Secretária terá dificuldade para organizar a sua fala. Sabemos que possivelmente muitas de vocês tenham discordância da fala dela, mas ela está prestando oficialmente informações para a CPMI. Então vamos nos conter um pouquinho, senão fica difícil para ela se manifestar aqui.

**A SRª TAI LOSCHI** –Posso continuar?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Pode.

**A SRª TAI LOSCHI** – Obrigada. Obrigada à plenária.

Eu vou explicar: o barulho daqui vem nesse ouvido, então eu não escuto o que ela fala. É só por isso.

Vamos lá. Toda a reivindicação indígena perpassa o Conselho também. E no Conselho nós temos as comissões. Nós trabalhamos no Conselho Estadual da Mulher em comissões. Não temos ainda sinalizado em qual aldeia se busca essa creche, mas, se a preocupação existe, nós vamos pontuá-la.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Nós temos muitas questões para perguntar, mas deixe-me fazer outra questão, Subsecretária.

**A SRª TAI LOSCHI** –Fique à vontade, Senadora.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Na Subsecretaria existe uma coordenadoria específica para discutir a questão das mulheres indígenas?

**A SRª TAI LOSCHI** –Específica, não.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Não tem?

**A SRª TAI LOSCHI** –Não, não. Chama-se Coordenadoria de Política para as Mulheres.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Dentro dessa coordenadoria se discute tudo, inclusive das mulheres indígenas, quilombolas, assentadas...

**A SRª TAI LOSCHI** –Das presidiárias e tudo.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Discute tudo, inclusive das presidiárias.

**A SRª TAI LOSCHI** –Também. Nós temos um grande trabalho nos presídios do Estado de Mato Grosso do Sul, que ficou em evidência porque nós acompanhamos as reeducandas até a nacional.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas, considerando, Subsecretária, que no Estado existe um número elevado de aldeias indígenas...

**A SRª TAI LOSCHI** –Sim...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Nessa região de Dourados são 14 mil índios, não é isso?

**A SRª TAI LOSCHI** –Sim.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Não se chegou a planejar ou considerar a necessidade de se criar pelo menos uma coordenadoria específica para as mulheres indígenas, considerando que há uma população muito grande que tem uma realidade muito específica e uma demanda muito própria?

**A SRª TAI LOSCHI** –Podemos, a partir de agora, dar enfoque principal a essa solicitação, Senadora. Não tenha dúvida.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Outra questão: qual é a relação da Subsecretaria ou da governadoria com a Funai? Também há toda essa discussão em função de o território ser da União, então a Funai é quem tem a responsabilidade sobre essas comunidades.

Existe alguma articulação com a Funai em termos de implementação de políticas de forma conjunta, acertada conjuntamente?

**A SRª TAI LOSCHI** –Ainda não temos, mas podemos alinhavar isso aí.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Já houve tentativa de alinhavar isso aí? Já houve de diálogo com a Funai, pelo menos, no sentido de buscar caminhos para isso?

**A SRª TAI LOSCHI** – Não, não. Vou ser sincera com a senhora. Eu assumi há pouco tempo; da minha parte, não.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Acho que seria uma coisa muito interessante pensar nisso.

**A SRª TAI LOSCHI** – Também acredito.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A Funai tem um papel a cumprir, mas eu gostaria aqui de reforçar, diante da visita que nós fizemos à aldeia de Água Bonita, que nós vimos a importância de se ter políticas junto às mulheres, principalmente dando uma destinação mais adequada ao espaço que existe lá, o espaço que é uma cabana, uma oca, e que está subtilizado. Então, eu gostaria de fazer esse pedido para que a Subsecretaria tenha um olhar preferencial para este espaço, para que as mulheres possam fazer artesanato, para que elas possam ter a oportunidade de gerar renda para si próprias; para que a Secretaria tenha uma política de valorização do artesanato feito pelas mulheres indígenas e uma política de comercialização desses produtos para que elas possam ter o retorno econômico, porque isso é fundamental para as mulheres que vivem em situação de violência ou mesmo na prevenção de quem vive em um espaço onde é propícia a violência doméstica.

Outra questão para a qual nós gostaríamos de fazer um pedido é que se estude a possibilidade de elaborar cartilhas sobre a violência doméstica e sexual no idioma das mulheres indígenas. *(Palmas.)*

Elas disseram hoje cedo que há dificuldade de ter acesso à leitura, porque nem todas conseguem ler o material que não está em seu próprio idioma. Então, estudar a possibilidade de produzir um material, nem que seja um material mais simples, não o conteúdo inteiro, mas algo que possa ser acessível às mulheres na sua própria língua – e não sexista.

Outra questão é que tivemos a informação de que existiam, Subsecretária, duas casas-abrigos, uma em Campo Grande e outra em Dourados. A de Dourados foi fechada há algum tempo e – informação que recebemos e que gostaríamos de ter o retorno de vocês –, se transformou em um abrigo de população de rua. Essa informação é real, é verdadeira? Se for, por favor, nos diga por que, então, a delegacia foi fechada, a casa-abrigo foi fechada.

**A SRª TAI LOSCHI** – Quero agradecer às sugestões desses novos projetos e peço permissão, se a Mesa entender, quanto a esse detalhamento da casa-abrigo de Dourados, para que a Carla Stephanini me desse um alô, porque ela acompanhou mais de perto. Pode ser? *(Pausa.)*

Obrigada.

**A SRª CARLA STEPHANINI** – Boa tarde, Srª Senadora, Deputada Federal, distinta plateia.

Com relação à questão da casa-abrigo de Dourados, por um breve período, o Município e a Secretaria de Assistência Social, a qual estava vinculada aquela casa, pediram para abrigar, naquele espaço, menores, até que eles conseguissem fazer uma readequação de outro abrigo para crianças e adolescentes, se não me engano, mas por um breve período. Isso foi feito com a anuência da SPM, que foi a financiadora, à época, da casa-abrigo de Dourados, criada anteriormente à nossa gestão. À época, fizemos uma consulta à SPM, considerando que a casa ainda não estava recebendo, naquele momento, as mulheres vítimas de violência, pelo que me recordo de pronto. Hoje, ao término daquela conduta, acordada, inclusive com o conhecimento da SPM, e tendo ficado pronto o abrigo de que o Município precisava, a casa funciona plenamente, recebendo as mulheres que demandam o serviço. Na época, não estava apresentada essa demanda.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Doutora, a senhora pode nos informar quantas mulheres estão sendo atendidas hoje lá?

**A SRª CARLA STEPHANINI** – Aí é a atual secretária... Acho que compete a ela.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Nós gostaríamos também de solicitar informações...

Pedimos à plateia, aos nossos convidados, que respeitem quem está falando. Essas risadas não são respeitosas, não são. Isso cria constrangimento, e não queremos criar constrangimento aqui; nós queremos ouvir as pessoas. *(Palmas.)*

Nós respeitamos vocês que estão aí. Mais do que nunca, queremos defender política para as mulheres. É preciso respeitar quem está falando. Então, por favor, Delegada... Coordenadora, desculpe.

Nós queremos as informações, por escrito, do atendimento que foi feito até hoje. A senhora tem? *(Pausa.)*

Então nos repasse depois, por escrito, e nos diga quantas mulheres estão sendo atendidas lá hoje.

**A SRª CARLA STEPHANINI** – Isso a subsecretária tem em mãos neste momento, se a senhora precisar.

**A SRª TAI LOSCHI**  – Para informação da Mesa e da plenária:

*Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Viva a Mulher Dourados – Mato Grosso do Sul.*

*Total geral:*

*Janeiro – 60 mulheres; fevereiro – 66; março – 186 (...)*

*Total até setembro: 1.300*

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko OTa. PSB – SP) – Subsecretária, é da Casa Abrigo de Dourados, é só sobre a Casa Abrigo a nossa pergunta.

A Casa abrigo, que foi fechada e foi retomada.

**A SRª TAI LOSCHI** – Está aqui: *“Total de mulheres atendidas na Casa Abrigo até o mês de setembro: 16”.*

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – De quanto a quanto?

**A SRª TAI LOSCHI** – “*De 2012: 1 em janeiro; 2 em fevereiro; 3 em março, 3 em abril, 1 em maio*” e assim vai.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Está bom.

**A SRª CARLA STEPHANINI** – Retomando, Senadora: à época a Casa não estava; a Casa...

Quando nós assumimos, nós colocamos a Casa em funcionamento, até porque ela já estava toda equipada e havia um termo de cooperação técnica, que nós revalidamos com os funcionários, para atenderem na Casa.

Corre que, por uma situação local, porque a gestão da Casa é feita pelo Município de Dourados, a demanda disso...

Não estou dizendo que não existia demanda, mas a demanda não estava chegando até a Casa. Correto?

Então, naquele momento, ela abrigava mulheres e por um período extenso. A Prefeitura, precisando desse local, então nos solicitou que, por um breve período, nós recebêssemos essas crianças e adolescentes. Cumprido isso, a Casa retomou e hoje abriga as mulheres vítimas de violência, como é o objetivo a que ela se propõe.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Muito obrigada.

Acho que está bem esclarecido o questionamento com a informação que nós recebemos.

Então, não procede a informação que recebemos, de que a Casa foi fechada. Não procede. Então, está bem esclarecido.

Muito obrigada.

Subsecretária, nós gostaríamos de saber se a senhora tem mais alguma coisa a nos informar sobre o atendimento.

**A SRª TAI LOSCHI** – Não. De tudo o que foi apresentado aqui temos os documentos e vamos apresentá-los à Mesa.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Drª Tai, há mais alguma informação que a senhora gostaria de acrescentar, porque da nossa parte está ok.

**A SRª TAI LOSCHI** – Ok.

Quero agradecer as sugestões. Vamos encaminhá-las ao Conselho Estadual de Direito da Mulher, para a gente começar as diretrizes macro por lá, com certeza.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Nós agradecemos muito a presença da senhora aqui hoje.

Agradecemos também a presença da senhora durante as diligências que fizemos aqui.

Então, muito obrigada à senhora e à sua equipe.

**A SRª TAI LOSCHI** – Obrigada.

Obrigada, equipe!

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Fará uso da palavra a Drª Ana Lara Camargo de Castro, Promotora de Justiça Titular da 48ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Ana Lara, nós temos alguns questionamentos. Eu já vou fazê-los, de imediato, porque na sua exposição a senhora já nos responde.

**A SRª ANA LARA CAMARGO DE CASTRO** – Com toda certeza.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Primeiro: como o Ministério Público tem fiscalizado a situação dos estabelecimentos prisionais no interior para evitar a situação de prisão de adolescentes femininas e mulheres junto com homens.

Nós recebemos a denúncia de que há algumas delegacias, porque aqui não há prisões, não há o sistema prisional, onde meninas, adolescentes e mulheres adultas são presas, mesmo que, temporariamente, juntamente com homens e, muitas vezes, não há uma divisão entre celas de homens e de mulheres, de forma segura, inclusive com instalação de câmara para que as mulheres possam ser observadas pelos homens. Em alguns lugares, pelo menos, em uma delegacia, em que a s mulher ficava a porta do banheiro não existia, então, expunha essa mulher.

Gostaria que a senhora falasse sobre isso.

Que ações o Ministério Público tem realizado para criação ou implementação das políticas públicas e, consequentemente, da rede de atendimento às mulheres em situação de violência?

O Ministério Público tem aplicado algum instituto despenalizador previsto na Lei 9.099, de 1995, nos casos de violência doméstica?

Quantas Promotorias da Mulher existem no Estado?

Há capacitação permanente para Promotores de Justiça?

O Ministério Público já visitou alguma aldeia indígena?

Como o Ministério Público trabalha a violência praticada contra as mulheres indígenas?

O Ministério Público tem recorrido nos casos de aplicação do princípio da bagatela imprópria?

Essas são as perguntas iniciais, doutora.

Muito obrigada.

**A SRª ANA LARA CAMARGO DE CASTRO** – Em primeiro lugar, boa tarde a todos!

Eu quero cumprimentar a Deputada Federal Keiko Ota, Vice-Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; a Senadora Ana Rita, Relatora; quero cumprimentar o Deputado Pedro Kemp, nosso parceiro no Ministério Público em tantas lutas em que estivemos, não é, Deputado?

Quero cumprimentar também o Desembargador Ruy Celso, agora que o Desembargador Hildebrando deixou a mesa; cumprimentar a Drª Nancy , pela Defensoria Pública, e os meus colegas de labuta de todo dia, Dr. Senefonte, Dr. Anderson, Drª Edimeire, Dr. Renzo, a Secretária de Políticas Públicas, Tai, as Delegadas, Drª Lúcia, que antes trabalhava conosco, a Molina, Drª Carla Stefanini, que também trabalhou conosco todos esses anos, Drª Heloísa; especialmente, quero cumprimentar o Movimento de Mulheres, que tem sido parceiro do Ministério Público nesses anos todos.

Nas diferentes lutas que tivemos não teria sido possível o resultado que alcançamos sem a força, a colaboração e a participação do Movimento de Mulheres. Então, o meu carinho especial ao Movimento de Mulheres e à equipe da Promotoria, que está ali, toda de preto, com a nova campanha Mulher, Vire a Página.

Senadora, eu quero apresentar os cumprimentos do Dr. Humberto de Matos Brittes, nosso Procurador-Geral de Justiça. Ele tomou a decisão, um tanto ousada, de preferir que o órgão de execução representasse o Ministério Público do Estado, ainda correndo o risco de que eu não fosse capaz, da forma que ele seria, de responder a todas as indagações. A decisão do Procurador-Geral se baseou no fato de prestigiar o órgão de execução, que está à frente no dia a dia dessa lei. No caso, das perguntas a que eu não for capaz de responder ele irá encaminhar a resposta oportunamente, no prazo que for fixado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Quero dar um abraço também na minha colega de todo dia, colega que foi da Copevide, quando representava a Drª Lindinalva. Cumprimento os demais assessores da CPMI, o Dr. Penaforte, a Drª Carmen e dizer que para o Ministério Público é uma honra.

A primeira pergunta, que é genérica: como o Ministério atua para diminuir a letalidade contra as mulheres? Acho que a primeira grande atuação do Ministério Público para diminuição da letalidade contra as mulheres foi, desde a instalação dessas Promotorias no ano de 2006 até a presente data, sempre manter os seus serviços em dia. Não foi com pouco sacrifício; foi com muito sacrifício. É uma vara muito trabalhosa para todos os profissionais que ali estão, mas o Ministério Público nunca contribuiu, em momento algum, para o atraso, para a prescrição, para o acúmulo de processos, o que às vezes é verificado no tramitado dia a dia judiciário. Nos inquéritos, tudo o que se recebe é processado rapidamente. Nas ações penais também. Então, eu acho que a primeira grande contribuição que o Ministério Público faz é cumprir os prazos, estar com seus processos sempre em dia, e isso é uma coisa que nós podemos afirmar com grande satisfação.

Depois, não se demorar quando há qualquer medida de urgência que vem ao Ministério Público. A gente fala com a maior brevidade possível. Da mesma forma, o Dr. Senefonte, que hoje é o juiz à frente da Vara, atende a esses pleitos de uma forma muito rápida. Não foi sempre assim, mas esse recorte entre o passado e o presente precisa ser feito, até para prestigiar a pessoa do Dr. José Rubens, que está aqui. Então, essa é a forma principal como o Ministério Público contribui para o enfrentamento da letalidade: fazendo inúmeros pedidos de prisão preventiva quando há descumprimento de medida protetiva; fazendo pedido de cassação das fianças que são concedidas pelas delegacias de polícia, não muito a DEAM; a DEAM não faz isso.

Há uma política da Dra Molina, mas há alguma problemática com as delegacias de pronto atendimento que fazem o plantão, já que não há o plantão 24 horas. Nós já levamos essa preocupação ao Diretor-Geral de Polícia Civil, numa reunião da qual a Drª Molina participou, em que também defendeu a não concessão da fiança, não obstante a lei faça uma previsão, porque na maioria são delitos apenados até 4 anos. O entendimento do Ministério Público é no sentido de que isso elimina a aplicabilidade da medida protetiva, porque se coloca em liberdade aquele agressor quando ainda no calor do fato, quando ainda nem o estado que motivou a agressividade foi reduzido.

Então, é dessa forma, no exercício cotidiano, enfrentando, como enfrentou as questões polêmicas que nós tivemos da anulação dos processos para a realização do art. 16, com centenas, milhares de recursos, que o Ministério Público espera, ainda que humildemente, estar dando a sua contribuição para a aplicação da Lei Maria da Penha no Estado de Mato Grosso do Sul.

Em relação à segunda pergunta genérica, que é o orçamento para as ações específicas, não há um orçamento específico, dentro do Ministério Público, para a violência doméstica familiar contra a mulher. Não há essa previsão orçamentária. Então, não existe essa previsão. Apesar de ter sido criado o Núcleo, nós não tivemos a felicidade de termos uma verba destinada, como aconteceu hoje com a Coordenadoria, até porque é algo muito novo, que está começando agora, o nosso Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica na Procuradoria, que é o Nevid, sobre o qual vou falar mais para adiante.

Espero, em linhas gerais, ter respondido às duas primeiras indagações.

Como o Ministério Público tem fiscalizado a situação dos estabelecimentos prisionais? A pergunta é no interior. No interior é um pouco mais complicado, porque, na capital, recentemente, foi criada uma promotoria só para isso, que é a 50ª Promotoria de Justiça, da qual está à frente a Dra Jiskia Trentin, que é uma promotora muito experiente. Ela esteve muitos anos à frente do Grupo de Combate ao Crime Organizado aqui, e é uma promotoria criada especificamente para fazer o que se chama de corregedoria de presídios. É uma corregedoria do sistema prisional, mas é uma promotoria que não tem amplitude estadual. Então, no interior do Estado, realmente, essa fiscalização do sistema fica a critério dos promotores de justiça que atuam à frente da execução penal. Se for uma comarca de primeira entrância, onde há um único promotor, ele vai fazer o que a gente chama de clínica geral.

Eu até peço à Coordenadoria, porque esse fato eu acho que é do nosso desconhecimento e deve se do desconhecimento do próprio Procurador-Geral, para, se puder, nos repassar qual é a comarca onde se verificou o problema. Vamos fazer imediato contato com o colega e saber o que é que tem acontecido. Nós agradeceríamos, porque eu acredito que nem o Procurador-Geral, nem o Corregedor têm conhecimento.

Então, é desta forma que é feita a fiscalização: na capital com uma procuradoria específica e no interior por aqueles promotores destinados a atuar perante a execução penal.

Quais as ações que o Ministério Público tem tomado para a criação e implementação das políticas públicas e, consequentemente, da rede de atendimento às mulheres em situação de violência? Na verdade, são várias. A gente, claro, participa, na medida do possível, de todas as atividades da rede. O Ministério Público está sempre à disposição, inclusive em eventos de capacitação que são montados fora da rede. Amanhã, mesmo, temos um, a convite da Secretaria de Saúde. Amanhã vamos fazer a capacitação dos agentes de saúde. Então, a gente participa, mesmo, pessoalmente, nas atividades todas, desde as atividades universitárias até as atividades dentro da rede.

O que nós temos de novo hoje, no Ministério Público, de uma forma maior de política, é realmente ter realizado o desejo de implementar o Nevid, porque o Nevid era um sonho nosso, que tem como objetivo tentar uma mínima padronização entre o posicionamento dos promotores de justiça no Estado do Mato Grosso do Sul. Por quê? Há, claro, o princípio da independência funcional. Nos passado, a jurisprudência da Lei Maria da Penha, inclusive nos tribunais superiores, foi um tanto quanto instável. Isso faz com que, às vezes, alguns promotores não sigam a linha que a capital segue. Então, um dos objetivos do Nevid, que hoje tem à frente o Dr. Francisco Neves Júnior, que é procurador de justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal, é tentar realizar um evento a partir do qual saia alguma espécie de recomendação. É lógico que há independência funcional do promotor, mas que saia uma recomendação conjunta do Núcleo, da Corregedoria, da Procuradoria-Geral, no sentido de uma uniformização de entendimento entre os promotores de justiça. Eu acho que, em termos de política institucional – e que vai servir de apoio à política dos demais órgãos da rede de enfrentamento –, a criação do Nevid, até para que possa dialogar com a Secretaria, possa dialogar com o Tribunal de Justiça, é a novidade maior que nós temos agora.

A outra pergunta. Na questão de implementação de políticas públicas ou de participação, de alguma forma, nesse contato com os órgãos que fazem a política de atendimento, o Ministério Público tem no seu próprio quadro a equipe multidisciplinar. É uma equipe pequena: uma psicóloga, uma assistente social, que estão aqui conosco, na plateia, que fazem inclusive o atendimento para aquele cadastro do art. 26, fazem as entrevistas psicossociais e fazem, também, o contato com a rede. Então, os encaminhamentos que são feitos para a CAPS, os que são feitos para os órgãos da assistência social, o contato com os membros da saúde são feitos por encaminhamento formal. Nós fazemos via ofício, com um pequeno relatório elaborado por elas, encaminhado, por exemplo, ao Secretário Municipal de Saúde, cobrando que, em tanto tempo, dê uma resposta, que o CAPS acompanhe determinados casos em que a gente constata dependência química. É lógico que a equipe é pequena, como eu disse – uma psicóloga, uma assistente social –, e a gente não pode atender à totalidade dos casos, o que seria o nosso sonho, nem sequer para fazer o cadastro dos casos de violência doméstica.

O Ministério Público tem aplicado algum instituto despenalizador, previsto na Lei nº 9.099/95, nos casos de violência doméstica? Na capital não. Nós já tivemos discussões no passado sobre alguns institutos. Foram pacificadas há vários anos. Hoje, na capital não. Eu não posso responder pelo Estado. Inclusive, hoje pela manhã, já em conversa com o Dr. Francisco Neves, que é o Coordenador do Nevid, nós combinamos o seguinte: que o Nevid, agora criado, passaria um expediente a todos os promotores do Estado, pela via de um questionário pequeno, que pudesse ser respondido de uma forma clara – sim ou não –, para que nós pudéssemos coletar esse dado, porque o Nevid não o tem, por ser justamente um núcleo novo. Então, eu acredito que, já na próxima semana, o Dr. Francisco deve encaminhar esse expediente aos colegas. Eu só não sei se nós conseguiremos cumprir o prazo de uma semana para fornecer esse dado, mas, com certeza, com um pouquinho mais de tempo, assim que todas as comarcas responderem e a gente conseguir compilar, a gente vai ter como responder isso em relação ao interior do Estado. Vai ser pela via de um questionário.

Quantas promotorias da mulher existem no Estado? Promotorias especializadas com atribuição específica são duas. As duas na capital: a 47ª Promotoria de Justiça, que era ocupada pelo Dr. Sílvio, que todo mundo conheceu, que trabalhou comigo todos esses anos e que, agora, foi também brilhantemente substituído pelo Dr. Renzo, que é um colega vocacionado; e a minha, que é a 48ª Promotoria de Justiça, que atua na violência doméstica, desde a instalação, que foi em 24 de novembro de 2006. Completo agora, neste mês, 6 anos à frente dessa Promotoria. Na comarca de Dourados, existe uma promotoria de justiça para atender à violência doméstica, com atribuição específica, mas não exclusiva. O Dr. Isonildo está à frente dessa Promotoria, mas tem atribuições concorrentes com o idoso e com o deficiente. Então, não há uma promotoria de atribuição exclusiva. Específica, mas não exclusiva.

Nas demais comarcas, não há promotorias específicas e muito se deve a uma explicação que o Desembargador Luiz Celso já deu anteriormente de que não é que não haja violência. Não é isso, mas é que às vezes não há o acesso dessas pessoas, as pessoas não têm esclarecimento suficiente e não conseguem registrar essas ocorrências porque não há uma cultura local nesse sentido.

Como já tive a oportunidade de falar em outras oportunidades, estamos num Estado bastante conservador, de tradições ruralistas onde ainda o patriarcado predomina. Então, essa é a característica do Estado de Mato Grosso do Sul. Quebrar esse código cultural, desafiar esse código cultura, estabelecer um novo paradigma é um processo lento que vem sendo feito pelo Movimento de Mulheres com a ajuda que o Ministério Público pode dar, o Judiciário pode dar, mas não é fácil assim. Não é fácil quebrar esse paradigma daquela família formal, da família estruturada, naquela família em que a mulher perdoa e deve, para garantir a segurança da família, dos filhos, ficar dentro de um relacionamento abusivo.

Eu acho que na capital a gente consegue quebrar esse paradigma porque a gente discute muito esse tema, mas no interior é outra realidade. Então, é o que a gente tem tentado, é o que a gente tem tentado.

A capacitação permanente para Promotores de Justiça. Posso dizer que “permanente” seria uma palavra muito forte. Permanente não há. Há capacitação de tempos em tempos, mas permanente... Eu não sei o que seria o permanente no entendimento da CPMI, mas eu não poderia dizer que permanentemente há. Há de tempos em tempos, mas permanentemente não. Há proposta, como eu falei, de...

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) –Drª Ana...

**A SRª ANA LARA CAMARGO DE CASTRO** – A vontade.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Por favor, cinco minutos para concluir.

**A SRª ANA LARA CAMARGO DE CASTRO** – Claro, vamos concluir.

A questão indígena. O Ministério Público não tem nenhum programa específico dentro do Ministério Público voltado à população indígena. Entretanto, a gente repara na questão indígena e a gente conversava isso com o Movimento de Mulheres esses dias que, quando os casos chegam ao Ministério Público, não são tratados com nenhuma diferença dos demais casos, no sentido do Ministério Público criar óbices para o processamento.

Nós denunciamos normalmente, fazemos os pedidos de medida protetiva normalmente, há processos em que o indígena agressor é acompanhado por um Procurador da Funai na sua defesa. A Defensoria da Mulher faz brilhantemente, Dr. Anderson, Drª Edimeire, a defesa da indígena. O que nós acreditamos que há em relação à comunidade indígena é uma dificuldade de acesso. Então, por não haver esse acesso, os processos que lá chegam, eles têm o tratamento sem nenhuma discriminação. A gente não tenta empurrar para o Ministério Público Federal, dizer que é competência da Justiça Federal. De forma alguma. Eles têm o mesmo tratamento, mas há essa dificuldade de acesso, que as comunidades indígenas realmente conheçam a lei, estejam empoderadas as mulheres indígenas dos seus direitos.

Estamos tentando agora organizar, para esses 16 dias de ativismo, uma participação do Ministério Público nas aldeias. A gente vem tratando disso já há alguns dias e apenas para levar a lei e para levar o conhecimento sobre como acessar esses serviços. Estamos tentando e ainda vamos ver se a gente consegue sair com isso para os 16 dias de ativismo.

O Ministério Público então, para finalizar e desculpe se passo um pouco do tempo, mas estou tentando responder a todos, tem recorrido nos casos de bagatela imprópria, não tem recorrido sistematicamente à Procuradoria. Nós sempre nos posicionamos contra a bagatela imprópria. Na Promotoria, nós não recorremos porque o Dr. Senefonte jamais aplicou. Como era o entendimento pacificado em ambas as turmas do Tribunal de Justiça e, infelizmente, se tornou uma tese permanente da Defensoria Pública, não da Mulher, evidentemente, mas da que faz a defesa do homem. Então, em todos os processos onde a vítima se manifesta no sentido de que se reconciliou, há a invocação dessa jurisprudência que já estava pacificada nas duas turmas do Tribunal de Justiça. O que se pode ver, numa simples consulta ao site do TJ, escrevendo “bagatela imprópria”.

Feliz fiquei de saber dessa notícia excelente de que o Desembargador Ruy Celso trouxe hoje no sentido de que conseguiu convencer a Seção Criminal disso. Esses votos ainda não foram disponibilizados no *site.* Eu acho que... Na pesquisa de jurisprudência, eu me refiro, no DJ já deve estar e acredito que o Desembargador Celso, isso eu ressalvo, como falo, o passado e o presente, desde que ele entrou, temos outra comunicação com o Tribunal de Justiça.

Eu espero, sim, que realmente essas jurisprudências se mantenham na Seção Criminal porque não era o que acontecia até bem recentemente aqui no Estado. Eu quero finalizar, só falando da importância para nós da criação dessa 2ª Vara de Violência Doméstica.

Nós temos como números de violência doméstica aqui na capital, apenas de janeiro a outubro, essas duas promotorias fizeram quase 2.600 novas ações penais. Fica muito difícil para que uma única vara consiga dar cabo a toda essa missão que é repassada. Esses números do Ministério Público representavam até o final do ano passado cerca de 33% das ações penais que chegavam a juízo na capital. A partir do ano 2012 representam 48% das ações penais que chegam a juízo na capital. Isso comparativamente com as demais varas todas que processam furto, roubo, estelionatos, delitos de homicídio. Isso representa hoje 48%.

Existe uma grande razão que é o julgado do Supremo Tribunal Federal, a Adin nº 4.424, a ADC nº 19 definiram a ação penal incondicionada na lesão e nas vias e, a partir daí, essa demanda subiu – que já era imensa – de 1/3 das ações penais passou a quase 50%. Claro que isso também se dá e as delegadas vão poder confirmar porque os delitos são de autoria conhecia. A mulher que vai até a delegacia ela sabe quem foi seu agressor. Então, a mesma coisa não acontece, o mesmo sucesso não acontece nos demais delitos de furto, de roubo, de homicídio em que a pessoa não está identificada.

Então, hoje temos, de janeiro a outubro, as demais promotorias todas da capital ofereceram 2.834 ações penais e só as duas promotorias de violência doméstica 2.589 ações penais. Dados do Estado inteiro: todas as promotorias do Estado ofereceram 13.393 ações penais novas ao Judiciário; 2.500 dessas ações são as nossas, aqui da capital, de violência doméstica; representa 48% da capital; representa 15% do total das ações penais levadas a juízo no ano 2012 no Estado de Mato Grosso do Sul.

Desculpem se falei muito rápido...

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP)– Drª Ana, só uma questão que nós estávamos aqui conversando.

Veja bem: a CPMI vai fazer uma recomendação ao Ministério Público que recorra caso ache esteja sendo adotado o princípio da bagatela imprópria.

**A SR. ANA LARA CAMARGO DE CASTRO** – Perfeito.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP)– E se a senhora tiver alguma informação de que alguém esteja adotando esse procedimento que, por favor, informe a CPMI.

**A SR. ANA LARA CAMARGO DE CASTRO** – Com toda certeza, Senadora.

Hoje pela manhã, na reunião que tivemos com o Dr. Francisco, ele já havia se posicionado no sentido de uma reunião do Ong Vit com os procuradores de justiça da Assessoria Recursal do Procurador-Geral e com todos os procuradores de justiça criminais porque, embora haja um núcleo recursal na Procuradoria, os processos vêm ao gabinete de cada um dos procuradores criminais. Então, se ele bater o carimbo de ciência e devolver, perde-se o prazo.

Quando eu e o Dr. Renzo temos ciência já passou o prazo recursal. Então, realmente o Dr. Francisco fez essa observação conosco pela manhã e se comprometeu de, pelo Ong Vit, fazer essa reunião com os Procuradores de Justiça Criminais, mas eu levarei com toda certeza esse posicionamento da CPMI ao Dr. Francisco amanhã mesmo. Com toda certeza.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP)– Drª Ana, por último, uma última questão.

Com relação à suspensão condicional do processo. Sabemos que não está sendo mais adotada aqui no Estado.

**A SR. ANA LARA CAMARGO DE CASTRO** – Sim.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP)– A partir de quando é que não se adota mais esse procedimento?

**A SR. ANA LARA CAMARGO DE CASTRO** – Se não me falha a memória, de 2009 para 2010. Eu não tenho mais certeza absoluta porque foram duas fases distintas que houve da suspensão condicional do processo aqui, mas é possível verificar nos processos se vocês quiserem essa informação exata. Mas eu acredito que, de 2009 para 2010 houve um entendimento. Na verdade, se discutiu muito, continua sendo discutido pela Defensoria Pública em grau de recurso, mas o tribunal, em nenhuma das duas turmas, jamais se manifesta nesse sentido. Então, houve uma pacificação. Depois do julgado do Supremo, agora este ano, mais ainda. Mas em Campo Grande já não se aplicava. No interior, eu realmente não tenho como responder, mas nós vamos atrás desse dado.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Está bom. Da minha parte, eu me dou por satisfeita com as respostas, mas também gostaria de fazer aqui um registro: se, por ventura, o Ministério Público tiver alguma outra informação que seja importante para a CPMI, nós gostaríamos que nos enviasse, o mais breve possível, para complementarmos aqui as informações e, assim, elaborarmos o nosso relatório.

Então, eu, particularmente, quero aqui agradecer a presença da Drª Ana Laura. Não sei se a Presidenta tem alguma pergunta a fazer, mas da minha parte, estou satisfeita.

Muito obrigada, Drª.

**A SRª ANA LARA CAMARGO DE CASTRO** – Eu agradeço a oportunidade.

Os dados que faltarem, nós nos comprometemos a enviar no prazo que for assinalado, talvez um pouquinho a mais, porque coletar no Estado inteiro não vai ser muito fácil, mas encaminharemos.

Muito obrigada, muito obrigada pela paciência de todos. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Ouviremos a palavra, agora, da Drª Nancy Gomes de Carvalho, Subdefensora Pública do Estado do Mato Grosso do Sul.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Enquanto a Drª Nancy se aproxima, eu gostaria, aqui, de fazer um registro. Acabamos de receber aqui um convite do Presidente do Tribunal de Justiça para a solenidade de instalação da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que será no dia 23 de novembro, às 14h, no Tribunal do Júri. Então, é um convite que foi feito à CPMI, convidando-nos para que possamos estar presentes. *(Palmas.)*

Então, eu quero aqui, de público, agradecer, em nome da CPMI, o convite que nos foi enviado.

E eu quero também aproveitar o momento só para fazer um registro ao Desembargador Celso. Desembargador, nós também recebemos a denúncia de que a Juíza de Corumbá está exigindo a presença de duas testemunhas para conceder as medidas protetivas. Então, solicitamos ao Senhor, como coordenador da violência doméstica, que investigue e tome as providências e encaminhe à CPMI o resultado dessa investigação. Então, aproveitamos a oportunidade e solicitamos ao Sr. que nos forneça essa informação.

Muito obrigada.

Drª Nancy, nós temos algumas perguntas a fazer e, da mesma forma como nós procedemos com as demais autoridades aqui, nós gostaríamos... São poucas perguntas, mas elas são muito importantes. Quantas Defensorias da Mulher existem no Estado? A Defensoria Pública tem recorrido nos casos de aplicação da bagatela imprópria? Gostaríamos de saber se a Defensoria tem se manifestado com relação a isso. Como a Defensoria Pública faz a defesa das mulheres indígenas? Há previsão de ampliação das Defensorias Públicas da Mulher? A Defensoria Pública também acompanha as mulheres para o registro de ocorrência na delegacia de polícia? A Defensoria Pública ajuíza e acompanha as ações cíveis da mulher vítima de violência?

**A SRª NANCY GOMES DE CARVALHO** – Nos cumprimentos, eu quero ser breve, já que, acho, sou a antepenúltima a falar. Estão todos já – embora seja muito importante –, estamos já cansados. Quero cumprimentar, de maneira genérica, primeiro a Vice-Presidente da CPMI, Deputada Federal Keiko Ota, cumprimentar a Relatora da CPMI da Violência contra a Mulher no Congresso Nacional e o Deputado Estadual Pedro Kemp, que está coordenando os trabalhos aqui no Estado, e, genericamente, todas as mulheres que se fazem presentes e os homens, também, aqui presentes.

Senadora, eu vou, se a Srª me permitir, primeiro responder às perguntas genéricas que foram feitas às instituições, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Como a minha instituição, a Defensoria Pública, no Estado do Mato Grosso do Sul, está fazendo para diminuir a letalidade contra mulheres e demais violências contra as mulheres? Especificamente no Mato Grosso do Sul, a Defensoria Pública individualmente tem criado Defensorias Públicas especializadas na defesa da mulher. E eu quero citar aqui que, em 1999, foi criada, em Campo Grande – e aí eu vou fazer um *link*, já respondendo à primeira pergunta específica –, em 1999, foi criada a primeira Defensoria Pública de Defesa da Mulher aqui no Estado de Mato Grosso do Sul. Nós tivemos a felicidade de sair na vanguarda, foi a primeira Defensoria Pública de Defesa da Mulher criada no País.

A partir daí e logo em seguida, assinamos, com o governo do Estado da época, o Pacto de Enfrentamento da Violência, que até hoje ainda está vigendo. É importante ressaltar que é uma política institucional adotada, naquela ocasião, com concretude.

Nós verificamos que, em seguida, a instituição, novamente, num olhar individualizado, criou a segunda Defensoria de Defesa da Mulher no Estado, que foi instalada na cidade de Dourados, segunda maior cidade do Estado de Mato Grosso do Sul. Lá também foi possível uma parceria, tanto com o governo do Estado à época – que foi em 2000, essa criação –, como com o governo municipal.

E já foi demonstrada aqui, pelo Executivo, a rede de atendimento que existiu à época e que permanece hoje.

Eu quero registrar aqui – porque acho que é uma conclusão da nossa Instituição – a importância dessa parceria em rede, dessa interface, e nós sentimos muito isso quando foi criada a primeira Defensoria da Mulher e, em seguida, a segunda do Estado, que foi localizada na comarca de Dourados. Então, isso é concreto. Isso em 1999, 2000.

Em 2012, foi criada a segunda Defensoria Pública, portanto uma ação concreta específica, da Defensoria Pública, na comarca de Campo Grande, antecipando, inclusive, a instalação da Segunda Vara de Violência Doméstica.

Quero registrar a presença, aqui, dos dois defensores. Um é o Dr. Anderson Chadid e a Drª Edmeire, que atuam junto a essa única vara que existe, atuando em defesa efetiva, Senadora e Deputada, na defesa da mulher.

Só que eu tenho que registrar, também, que foram transformadas algumas das Defensorias, na impossibilidade – como já foi dito por todos os poderes e instituições – dos recursos orçamentários. Nós também, com criatividade, temos três Defensorias específicas da mulher, mas continuamos criando órgãos mistos.

Fizemo-lo em Corumbá. Lá não é atribuição única, mas existe uma parceria muito interessante da Defensoria Pública local com o Poder Municipal, e é muito interessante, porque lá a rede de atendimento veio para o espaço físico da Defensoria Pública, e a experiência é muito importante. Então, lá, embora não exista um órgão só de defesa da mulher, ele agrega outras atribuições, mas ele faz também esse trabalho e também parceria com o Município.

Em seguida, também, sentindo essa necessidade... E eu devo registrar que essa necessidade veio, e nós temos que o grande marco para nós instituições, tanto jurídicas como as instituições do Poder Público em geral, foi a Lei Maria da Penha. Um marco. Com a criação da Lei, a instituição continuou na impossibilidade de criar Defensorias específicas na defesa da mulher. Ela fez com que em Três Lagoas, também, uma Defensoria também tivesse a atribuição de defesa da mulher. Não é o ideal, mas foi o possível naquele momento. E também nós temos na cidade de Ponta Porã.

Vou até fazer um parêntese para deixar registrado que nós vamos levar em consideração essa estatística de que Ponta Porã é uma das Comarcas, das cidades mais violentas, em relação à violência contra a mulher, para que uma política pública institucional nossa possa, para o ano que vem, pensar e talvez criar um órgão específico. Lá também foi criado outro órgão de atuação não específico.

Então, resumindo, já respondendo à primeira pergunta específica: nós temos três defensorias públicas de defesa da mulher no Estado de Mato Grosso do Sul – duas em Campo Grande e uma em Dourados – e mais três que exercem atividade mista. Mas é necessário ressaltar que, em Mato Grosso do Sul, a defensoria pública, que já faz 30 anos – não é, Drª Heloisa Wanderley, que foi uma Procuradora-Geral –, atua em todas as Comarcas do Estado com deficiências, é lógico, pela ausência de defensores, e vou entrar na segunda parte nas questões orçamentárias e financeiras. Não é o ideal, ilustre Deputado, ilustre Deputada, ilustre Senadora, porque é um trabalho que não é especializado, mas nós damos assistência.

Há necessidade, como disse a Drª Ana Lara e todos que aqui me antecederam, de quebrar um pouco a cultura machista do nosso País. O Estado de Mato Grosso do Sul – e quero registrar a presença da Profª Gilda, minha companheira incansável em uma época de dificuldade, não é, Dona Gilda?, para quebrar as resistências em Mato Grosso do Sul – é um Estado extremamente conservador. Todo o País o é, mas, em Mato Grosso do Sul, nós temos a cultura das carreiras jurídicas, a sociedade em geral.

Em 1999, com esse impacto nacional de enfrentamento à violência doméstica, foi possível criar a primeira defensoria pública da mulher. Eu estava lá. Eu era Procuradora-Geral na época. Vivi aquele momento, mas com extrema dificuldade, inclusive na própria defensoria, que é uma das carreiras jurídicas que não deveria ter tanto essa cultura. Por que defesa da mulher e não defesa do homem e não defesa disso ou daquilo? Foi uma opção de política institucional, como foi para se criar a de Dourados, como foi agora, antecipando a criação da 2ª Vara.

Nesse momento, agradeço a Deus por estar novamente, hoje, como Subdefensora-Geral, e poder ver o momento em que foi possível especializar a matéria.

Mas atendemos em todas as Comarcas do Estado, quer com um defensor ou quer, em substituição, em alguns dias da semana. Então, temos seis defensorias públicas no Estado de Mato Grosso do Sul.

Respondida a primeira indagação.

Não gostaria, Senadora, de deixar de registrar que, em 1999, a criação da Defensoria Pública e, na época, da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher, que era coordenada pela Profª Gilda, teve um papel importantíssimo naquele caso conhecido no Estado, no País e internacionalmente: o caso Rondon. Ele mutilou diversas mulheres naquela época. Era um médico que se fazia de cirurgião plástico. Naquele momento, foi possível, foi necessário e é imprescindível, Deputado Pedro Kemp, a interface entre as instituições. Com a Procuradoria de Justiça, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, capitaneados pela então Coordenadora de Políticas Públicas Profª Gilda, foi possível fazer o atendimento àquelas mulheres, Senador e Deputado.

Então, nesse momento, esse é um registro que merece ser feito. Isso está sendo entregue para as senhoras.

Eu quero registrar outro momento, que foi lembrado aqui pela profissional que atuou no caso. A senhora dirigiu a pergunta ao Presidente do Tribunal de Justiça e, logo após, ao Desembargador Ruy, sobre aquela questão daquela clínica.

Em 1988, a Defensoria Pública impetrou um *habeas corpus* coletivo, cujo objeto era o trancamento daquelas ações penais e inquéritos contra aquelas mulheres. Obtivemos decisão contrária no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Hoje, o *habeas corpus* de encontra no STJ para ser julgado. O Ministério Público, fazendo seu papel constitucional, continua propondo transação, mas elas estão respondendo a essas ações penais. Então, é um registro que eu gostaria de fazer.

Em relação à segunda pergunta genérica, sobre qual é o orçamento para ações específicas da Defensoria Pública para enfrentar a questão da violência contras as mulheres em 2012 e 2013, a resposta é: não existe. Assim como não existe no Tribunal de Justiça, não existe no Ministério Público. Não temos um orçamento específico, voltado só para o enfrentamento dessa questão, ou seja, para criar órgãos de atuação especializados. Não vou fazer choradeira, mas, aqui, no Estado de Mato Grosso do Sul – o Deputado Pedro Kemp conhece isso de cor e salteado –, desde 2008, não se realiza concurso público para a Defensoria Pública, e V. Exªs devem saber, porque percorrem.

A Defensoria do Estado do Espírito Santo é uma defensoria pública também organizada. O Estado de São Paulo só criou recentemente a Defensoria Pública. Isto envergonhava o nosso País: um Estado da dimensão de São Paulo, senhores e senhoras, não tinha Defensoria Pública. Hoje está provado que é o serviço da defensoria pública, que o cidadão tem de ter. Não é um convênio, não é. É a Defensoria Pública que tem todas as garantias constitucionais, que tem de defender não só a mulher, Senadora.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Inclusive, Doutora, o Estado de Santa Catarina não tem defensoria pública estruturada. A CPMI esteve lá e cobrou providencias com relação a isso.

**A SRª NANCY GOMES DE CARVALHO** – E essas ações são muito importantes.

Para eu concluir, em São Paulo, o grande Estado, está provado que o convênio com a OAB não garantia não só a defesa da mulher, mas a defesa do adolescente, a defesa do preso, a defesa de todo o arcabouço jurídico. O acesso à Justiça, Senadora, Deputado Pedro Kemp e Deputada Keiko Ota, tem de ser feito pela Defensoria Pública. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou assim.

Então, parcos recursos. Temos autonomia administrativa e financeira – nos são outorgadas pela Emenda nº 45. Mato Grosso do Sul, uma instituição com 30 anos, que já foi por três vezes consecutivas a melhor do País, também padece da falta de estruturação, também padece da falta de recursos. Para este ano, nós estamos executando o orçamento de R$83 milhões; para o ano que vem, R$99 milhões, só que, hoje, de um total de 258 cargos, nós estamos com 99 cargos vagos. Então, estamos caminhando.

Mas eu quero fazer um registro. Como gestora, como ex-dirigente, hoje Subdirigente da Defensoria Pública, e como mulher, eu quero deixar registrado que é necessário que nós tenhamos vontade política para fazer as coisas. *(Palmas.)*

Nós temos de ter vontade.­­ Quando eu não posso mais, eu faço menos, e nós vamos ter de caminhar. Então, respondendo, não existe recurso. Existem parcerias buscadas com o Governo Federal, com o Governo estadual, para que possamos dar conta dessa demanda.

Quando na primeira pergunta genérica, fugiu-me o que está sendo feito em conjunto. A Defensoria Pública, então, individualmente, criou órgãos de atuação, especializados ou não, e atende de maneira não satisfatória em algumas comarcas, mas também atua, Senadora e Deputados, nos conselhos de defesa estadual da mulher. É muito importante estar junto com os órgãos para traçar, para ajudar a política pública.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – D. Nancy, quero dizer que tem cinco minutos para concluir.

**A SRª NANCY GOMES DE CARVALHO** – Estou concluindo.

Além disso, Senadora e Deputados, temos, hoje, comissões especiais no Colégio dos Defensores Públicos Gerais, para que as defensorias atuem com uma política institucional para o País inteiro, porque nós que criamos a 1ª Defensoria de Mato Grosso do Sul, hoje, só temos condições de ter o quê? Três especializadas e três que atuam em conjunto. Os demais órgãos de atuação atuam de maneira genérica.

Bom, agora é responder à segunda questão sobre se a Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul tem recorrido nos casos de aplicação da bagatela imprópria.

Assim como o Ministério Público, pela dificuldade de ter um órgão de atuação específico, que era em Campo Grande – só temos, aqui, em Dourados –, e uma vez que não temos dados estatísticos, quem recorre é a segunda instância. Inclusive, em Mato Grosso do Sul, garantimos o acesso à Justiça tanto em primeira quanto em segunda instância. Então, o que ocorre? O juiz de primeiro grau, e, aqui, o Dr. Rubens Senefonte, não aplica, é o Tribunal, então não tenho condições de fornecer a V. Exªs com segurança essa informação. Ela será encaminhada *a posteriori*. Por quê? Assim como a Drª Ana Lara falou, são 33 Defensores, do quais, pouco mais da metade, 20 atuam na área criminal. Há necessidade também em segunda instância de repensarmos um núcleo especializado para que esses recursos subam de uma maneira já dentro de uma política institucional.

E como a Defensoria Pública faz a defesa da mulher indígena? Da mesma forma que o Ministério Público colocou aqui: não temos, Senadora e Deputados, defensorias especializadas para atender só à mulher indígena.

Quero dar um dado importante: temos muitas parcerias. Recentemente, parceria com o CNJ, com o Governo Federal. A Defensoria tem trabalhado em diversas ações que possibilitam, dentro das aldeias indígenas, com a maior dificuldade, sabemos, não só a questão do registro de nascimento, inclusive o tardio – que a Defensoria ingressa com a ação –, mas daí, Deputado Pedro Kemp, desdobram-se outras ações, principalmente alimentos. Atendemos muitas mulheres indígenas na questão de alimento.

Mas há um dado alarmante em Caarapó, que é interessante registrar e encaminharemos para a Senadora e para Deputada junto à CPMI. Em Caarapó, dos mais de 20% dos processos criminais de estupro, 18% são contra indígenas. É um dado muito alarmante. Eu, como gestora, como dirigente de uma instituição, também quero começar a pensar.

Agora, a questão indígena é muito complexa, há uma complexidade. Não podemos nos omitir, mas é muito complexa. Acho que temos que repensar essa situação. Na Defensoria, também atendemos a mulher indígena e o indígena. Mas como? Em um trabalho não especializado, em um trabalho geral, como atendemos todo o cidadão e a cidadã desprovidos de fortuna.

Acho que é isso.

A Senhora me fez uma pergunta que não registrei.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Duas perguntas agora. Eu havia pedido também se há previsão de ampliação das Defensorias Públicas. Pelo que entendi, não há previsão orçamentária, então não há previsão de ampliação.

**A SRª NANCY GOMES DE CARVALHO** –Agora, em 2012, criamos, mesmo sem previsão. Tivemos que abrir mão de outras coisas, Deputada. Inclusive, com a vinda da CPMI, isso é muito importante para repensarmos.

Recebemos a visita dos dois defensores públicos que atuam, Dr. Anderson e Drª Edimeire, e fizemos um compromisso com eles, e vamos formalizá-los aqui: homologado o concurso público que está em andamento – desde 2008, não havia concurso público –, em abril, vamos criar a 3ª Defensoria Pública de Defesa da Mulher de Campo Grande. *(Palmas.)*

Esse é um compromisso trazido. Temos um Conselho Superior, e o Presidente é o Defensor Público Geral, que não pôde comparecer, integrado por mim, por todos os da administração e por colegas eleitos. Talvez, se conseguirmos homologar antes, será criado bem antes. Esse compromisso estamos firmando.

E outro compromisso que estou firmando – vou cumprir, porque mulher cumpre, mas tenho que convencer o meu Conselho – é o de criar um núcleo, em segunda instância, de defesa da mulher, para que possamos, estatisticamente, garantir a efetiva defesa da mulher em segundo grau, Deputada, senão se perdem os processos no meio dos outros. Esse é um compromisso que vou apresentar como projeto meu, perante o meu Conselho Superior. *(Palmas.)*

**A SRª** **ANA RITA** (PT – ES) – Parabéns pelos compromissos aqui firmados.

**A SRª NANCY GOMES DE CARVALHO** –Vou cumprir. Nós vamos cumprir.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Parabéns!

Mas, Doutora, só para finalizar a fala da Senhora, gostaríamos de saber se a Defensoria Pública acompanha as mulheres para o registro de ocorrências na delegacia de polícia. E a outra é se a Defensoria ajuíza e acompanha as ações cíveis da mulher vítima de violência.

**A SRª NANCY GOMES DE CARVALHO** –Só vou falar genericamente, porque o Dr. Anderson vai, de lá mesmo, só me dar uma ajuda.

Sim, infelizmente, com a transformação e a competência da Vara de Violência Doméstica, das ações decorrentes, só ficam ação cível e criminal – nós atuamos –, mas a cível é proposta pelos defensores da especializada, eles que propõem. Infelizmente, essas ações cíveis – é isso, Dr. Anderson? – são distribuídas nas diversas varas de Campo Grande. Então, o que ocorre? Descaracteriza aquele atendimento especializado, Senadora, porque a mulher que foi lá, já falou com a Dr. Edimeire, Dr. Anderson, vai chegar e terá – a mulher pobre, quero deixar registrado – outro defensor que não sabe do problema dela. Ele fará a audiência e ela, mais uma vez, vai passar por aquele constrangimento de ter que contar tanto para o defensor como para o juiz tudo de novo. Aqui, em Campo Grande – porque atuamos também com competência –, acredito que, com mais um defensor, seria possível revezar o atendimento, ser feito por eles nas diversas varas onde estiverem sendo distribuídas. Mas, hoje, a cível não. Eles propõem a medida, mas não acompanham.

Algum adendo? É isso mesmo?

**A SRª** **ANA RITA** (PT – ES) – E, na delegacia, na hora de fazer o registro, há o acompanhamento?

Pode vir, Dr. Anderson.

**A SRª NANCY GOMES DE CARVALHO** – Só essa, viu, Dr. Anderson. *(Pausa.)*

Inclusive, só para gente... Causou muito espanto, quando o primeiro Defensor de defesa da mulher, porque sempre foram mulheres... Não é, Dr. Anderson? E já era uma discriminação, Senadora. Ele está mostrando isso, porque é um excelente Defensor.

**O SR. ANDERSON CHADID** –Boa tarde, Deputada, Senadora, em nome de quem cumprimento todos os presentes, o movimento.

Com relação à essa pergunta específica de acompanhamento a mulher na delegacia e feitura de pedidos de medida protetiva, hoje, como a Doutora já colocou, somos em Campo Grande, dois defensores de defesa da mulher que cuidam da parte criminal e dão início a essas ações cíveis. Depois, dali em diante, elas acabam sendo cuidadas por outro defensor público.

Com relação à parte criminal, nós acompanhamos as mulheres desde o início.

Com relação ao registro na delegacia, ela vai direto. O defensor acaba não a acompanhando. Aconteceu o delito, aconteceu o crime, ela vai lá e registra. Quando ela chega à Defensoria e a medida protetiva, por algum motivo, não foi pedida por ela, não foi registrada por algum motivo, porque talvez ela não quisesse, naquele momento, a protetiva, aí, sim, a Defensoria atua, a gente atua e entra com a medida protetiva em favor dela.

Eu só queria fazer um esclarecimento, aproveitando a oportunidade, com relação à parte criminal.

Daí em diante, nós acompanhamos a mulher até o final. Nós a acompanhamos nas audiências do art. 16, quando cabível, nós a acompanhamos nas audiências de instrução e julgamento desses processos, procurando cientificá-la do que vai acontecer naquela audiência, que ela vai ser ouvida, que ela vai ter a oportunidade de contar o fato para o juiz para ele decidir o que vai ser feito.

Consequentemente, daí a gente entra com as razões escritas nesse processo, as alegações finais, e, eventualmente, quando há necessidade, atuamos também em grau recursal interpondo os respectivos recursos.

Obrigado.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Obrigada, Dr. Anderson.

**A SRª NANCY GOMES DE CARVALHO** – Vou concluir.

Pegando um gancho no que o Dr. Anderson colocou, Senadora e Deputados, é justamente a falta que vai ser a conclusão da minha fala. Nós colocamos que tem que haver a interface. Os poderes constituídos, as instituições têm que trabalhar em conjunto, porque isso seria possível, sim, se estivéssemos todos no mesmo espaço, que é a concepção original do projeto. Em Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, agora, os defensores estão – a senhora encontrou, inclusive, o Dr. Anderson lá – Senadora, porque nós voltamos a estar fisicamente, ainda que não todos os dias da semana, mas eles intercalam, eles estão dando atendimento lá.

Para mim, que tenho experiência também na área criminal, já que sou defensora em segunda instância, tendo atuado por muitos anos em primeira e segunda instância, a mulher vitimada tem que ter próximos todos os serviços, porque, senão, ela desiste de procurá-los. Especialmente, nossa preocupação se dá porque a mulher excluída, aquela mulher cuja defesa é da Defensoria Pública, ela encontra ainda mais dificuldades porque a Defensoria Pública, assim como alguns outros órgãos, tem essa dificuldade.

Mas não é por isso...

Quero concluir minha participação dizendo que vou complementar as perguntas que a senhora fez – hoje, eu represento a minha instituição –, vou lhe entregar todo o relatório demonstrando que se criou quando foi possível, quando não foi... É necessária, sim, a criação.

Mas, na minha concepção, Senadora e Deputada, que estão percorrendo com a CPI e que também conhecem a realidade brasileira, na minha concepção, para efetivação da Lei Maria da Penha, que é um grande instrumento de defesa da mulher, não há como discutirmos separadamente. Nós temos que discutir com o Poder Judiciário, nós temos que discutir com o Executivo, nós temos que discutir com o Ministério Público. Infelizmente – aí eu me coloco também –, as instituições não se conversam, nem as da área jurídica. *(Palmas.)*

Então, nós não sabemos, não temos dados estatísticos. Eu vou confessar nossa fragilidade em Mato Grosso do Sul. Hoje, não, pois nós estamos fazendo uma parceria com o BNDES, estamos buscando, mas eu não tinha como trazer aqui para V. Exªs, com segurança, os dados, porque a informatização da Defensoria Pública está correndo, mas nós não temos um programa que separe... Se eu colocar lá, eu sei que o Estado de Mato Grosso do Sul, embora não seja específico, atendeu tantas mulheres vítimas de violência.

Aqui, em Campo Grande, eu posso afirmar, como foi dito pelo Dr. Rui Celso, que, dos sete mil e poucos processos, mais de seis mil processos ficam a cargo da Defensoria Pública. Então, é subumano dois defensores públicos atuarem na defesa. E não é uma defesa que nós buscamos...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Nancy.

**A SRª** **NANCY GOMES DE CARVALHO** – Estou concluindo.

Só sobre o aspecto formal. Ela tem de ser aquela defesa material, o que a Constituição diz, que é que todo cidadão pobre que tiver necessidade tem de ter acesso à Justiça e à defesa em todos os graus, igualmente àquela mulher, àquele cidadão ou àquela cidadã rica.

Fecho a minha fala dizendo que a experiência de Mato Grosso do Sul mostrou que, quando houve parcerias, foi possível fazer um trabalho melhor. Quando não há as parcerias entre os entes envolvidos, nós não conseguimos efetivar de maneira satisfatória e diminuir esta famosa – que dizemos tanto, é muito bonito – exclusão social, nós não contribuímos efetivamente para que isso acabe e acabamos nos tornando coautores nesse processo da exclusão social.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Nancy, muito obrigada pela presença da senhora e pela colaboração dos Defensores, não só nesta tarde de hoje, mas também durante a visita que fizemos no dia de ontem. O Dr. Anderson nos recebeu e nos passou também algumas informações. Obrigada a vocês.

*(Intervenção fora do microfone.) (Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Convido agora a Drª Rozely Molina, Delegada da Deam, para responder algumas perguntas, com as respostas que ficaram pendentes do Secretário de Segurança.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Molina, é rápido. São três perguntas apenas que nós gostaríamos de fazer para a senhora e um encaminhamento.

Primeiro, deixe-me fazer o encaminhamento que nós gostaríamos de obter da Secretaria de Segurança. Nós também recebemos denúncias de que a Delegacia de Corumbá está autuando os casos de lesão corporal contra mulheres como mera contravenção penal de vias de fato e, com isso, encaminhando ao Juizado e tratando como casos de menor potencial ofensivo. Queremos investigação, providências e informações, por escrito, da Secretaria de Segurança, com relação a esse fato aqui. Vou deixar isso depois com a senhora.

A primeira pergunta para a qual, na verdade, o Secretário de Segurança não conseguiu nos dar resposta. Como a polícia está lidando com os crimes cometidos contra as mulheres indígenas?

A segunda pergunta: há intérprete indígena na Delegacia da Mulher para permitir o registro de ocorrências com maior fidedignidade e segurança para as mulheres indígenas? Entendemos que essa é uma necessidade em virtude do número significativo de mulheres indígenas no Estado e na capital. Essa é uma deficiência, possivelmente, de algumas mulheres que não conseguem falar a nossa língua e, por isso, não conseguem ser entendidas pelas pessoas que as atendem.

Uma última pergunta, com relação a qual as pessoas aqui já se manifestaram. O fim do plantão da Deam foi precedido de algum estudo? Qual foi o motivo da interrupção do plantão 24 horas? Há previsão de retorno do plantão 24 horas?

**A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA** – Já as cumprimentei, mas, mais uma vez, é um prazer estar aqui, Senadora, Deputada, Deputado, plateia que, até agora, resiste bravamente nesta audiência.

Coube-me falar um pouquinho a respeito da Delegacia da Mulher, mas, como já havia dito ontem, eu sou Delegada Titular da Delegacia Especializada de Campo Grande. Não obstante a competência ser estadual, eu fico mais centrada na Delegacia de Campo Grande.

Após a minha assunção há cerca de 1 ano, nós temos tomado medidas para que se uniformize todo o atendimento que é realizado. Eu passei às mãos da Senadora, na data de ontem, duas portarias que eu lavrei colocando a procedimentalização dos procedimentos, como fazer o atendimento, como fazer o encaminhamento. E isso não só repassei para as delegadas colegas do interior quanto dos plantões de TAC, que é onde a gente vê uma maior deficiência.

Como a Drª Ana Lara já havia dito, nós nos reunimos, na Diretoria Geral de Polícia, os diretores de departamento, os delegados titulares das unidades, para tentar, da mesma forma, dar esse indicativo de celeridade, que é muito necessário, e fazer mesmo uma padronização em alguns pontos que estavam muito frágeis.

Nós estivemos em Brasília, naquela reunião, inclusive com a senhora, e foi o momento... A Drª Lúcia Falcão, que também é da Academia, esteve com a gente lá. E nós combinamos de todas as delegadas contatarem umas as outras, para que a gente realmente padronizasse. E o interessante é que, na época, justamente Corumbá ficou mais... A discussão maior ficou em cima de Corumbá. Mas o argumento da colega de Corumbá foi porque ela via muita resistência tanto no Ministério Público quanto no Poder Judiciário. Então, a gente ficou... Eu até conversei com a Drª Ana Lara sobre isso. Era para a gente tentar verificar com os colegas do interior como seria feita essa padronização.

Mas, como são 12 delegacias de atendimento à mulher, a gente passar tudo o que é feito aqui e a gente acaba sendo meio que guia das demais. A gente repassa para as demais para se tentar seguir.

Não vejo dificuldade em falar com a colega de Corumbá nesse sentido mesmo porque ela mesma me ligou para a gente discutir a respeito desse novo entendimento do Supremo, como estava sendo feito por aqui e guiada toda a coisa.

Então, é algo que dá para a gente resolver.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Deixe-me aproveitar aqui, doutora, para pedir ao Ministério Público também que procure investigar esta situação: Corumbá.

**A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA** – Na verdade, Corumbá e Ladário são bem próximos. Então, acaba ficando centrado em Corumbá. Mas...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Como?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – É da mulher.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu não tenho essa informação aqui de qual é a comarca. Mas, na verdade, nós recebemos que ela está atuando...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Não. Os dois casos são de Corumbá. Nós estamos solicitando ao Tribunal de Justiça e estamos solicitando à Defensoria e ao Ministério Público agora.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A delegacia... Depois, doutora, a gente pode passar para a senhora com mais detalhes o fato. Está bem? Mas solicitamos informações por escrito tanto por parte do Tribunal de Justiça como por parte do Ministério Público e também da delegacia com relação a esse fato.

**A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA** – Certo. O outro questionamento é com relação ao atendimento das mulheres índias. Eu também já havia mencionado ontem que, com muita honra, também faço parte do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, juntamente com a Tai Loschi, com a Drª Lúcia; Lá, nós temos uma índia que é também Conselheira e que é muito atuante. Ela normalmente nos traz. Acho que está ali na plenária. Ali, Susy. Ela traz normalmente todos os problemas que ela verifica, e a gente coloca em discussão no Conselho para uma eventual tomada de posição.

Mas, com relação à delegacia da mulher, nós não fazemos distinção. Nós atendemos todas da mesma forma, sejam de etnias diferentes, de credo, enfim. O atendimento é padronizado e é único.

Então, obviamente, aqui não há aldeias. Então, não é aquela coisa como Dourados, por exemplo. Nós temos aldeias urbanas aqui. Então, o atendimento é normal, é tranquilo.

No caso da necessidade de um intérprete, como existe para estrangeiros, por exemplo, a gente sempre aciona de pronto alguém, caso haja necessidade. A gente não vê dificuldade nisso aí.

Eu acho que a questão maior fica em Dourados, que é a maior concentração. Em contato com a delegada de lá, Drª Rosely, ela, primeiramente, assumiu a delegacia e viu que as condições do prédio eram muito precárias. Já está providenciando, já providenciou um prédio novo. E o que ela me passou, pelo menos num breve contato, foi essa dificuldade de se aproximar da aldeia. Mas, quando as vítimas vêm à delegacia, o atendimento é dado. Então, o que se precisa ser feito é essa aproximação maior. Acredito que, com o trabalho dela, que vem trazendo para o Conselho, e o Conselho tomando atitudes que viabilizem a visita do Conselho a esses lugares, eu acho que é muito relevante.

Aliás, nós já tínhamos discutido isto: de o Conselho ir às aldeias, de o Conselho se aproximar, porque, aí, acaba mobilizando mais pessoas e viabilizando o nosso trabalho.

Qual é o outro questionamento?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A última é com relação ao fim do plantão da Deam? Se houve algum estudo e se há previsão de retorno.

**A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA** – Fim do plantão da Deam. Eu até brinquei com a Dona Gilda, que estava aqui. Falei: ô, Dona Gilda, a senhora fez a Deam para mim. Porque, à época da criação da segunda Deam, quem estava à frente dessa delegacia era eu. Na época, finalzinho de 2003, eu fui lotada na 4ª Delegacia, Moreninhas. Lá, foi criada pelo então Governador a segunda delegacia e ela foi instalada precariamente no prédio da delegacia do 4º Distrito, Moreninhas. Então, nós fizemos duas salas, bonitinhas por sinal, à época, e iniciou-se o trabalho ali. Era uma delegada. Havia duas escrivãs e três investigadores. Uma viatura. Isso funcionou do final de 2003, 2004, 2005. E, da mesma forma que acontece, que vem acontecendo, a deficiência de pessoal fez com que não se tivessem condições de continuar aquilo ali. Uma vez que, dentro da delegacia, apenas mudou, continuou o atendimento, mas feito pelo delegado já da unidade e pelos policiais que lá estavam.

Eu tenho todo o acervo da segunda delegacia lá nos meus arquivos, vocês viram, e é uma pena porque era bom, dividia-se o trabalho. Mas o Governo do Estado já sinalizou com concurso. Até a Drª Lúcia estava comentando comigo que foi falado de inicialmente chamar 50 delegados e respectivamente as equipes. Então, eu acredito que, num curto espaço de tempo, a gente consiga suprir. Senão, a gente não dá conta. É isso aí.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Da minha parte, estou satisfeita.

Quero agradecer a presença à nossa Delegada Drª Molina e as informações e as complementações que aqui foram feitas à fala do Secretário de Segurança.

Obrigada, Drª Molina.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Por que acabou com o plantão de 24 horas? Foi o que ela disse. Eu entendi isso.

**A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA** – É uma outra unidade. Moreninhas é um bairro aqui da cidade.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Sim.

**A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA** – Agora, o plantão 24 horas que nós tínhamos na delegacia do centro da capital também foi cessado pelo menos motivo falta de pessoal. Ocorre que, semana passada, o diretor do nosso departamento Dr. Ivan Barreira até me ligou e falou: Molina, cadê aquele estudo que a gente tem de criação de plantão? Aí foi passado para ele. Então, para você ter um plantão hoje funcionando 24 horas, você precisa de pelo menos 8 delegadas, 16 escrivãs, 32 investigadores, porque cada delegado deve ter a sua equipe. E por que essa pergunta dele? Porque já existe uma movimentação com relação à delegacia especializada de infância e juventude, que também clama por um plantão 24 horas e outras unidades também. Então, é uma preocupação da Polícia Civil se instalar isso daí. E existe todo um plano já elaborado, uma estratégia em cima disso, e nós estamos caminhando para lá. Basta a gente conseguir, então, a viabilização do concurso para iniciar tudo.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Obrigada, Molina, pela participação.

**A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA** – Eu que agradeço. E ressalto que é muito importante a vinda desta CPMI. Parabenizo o Deputado Pedro Kemp também, porque isso chama a atenção para o problema da mulher, chama a atenção para todo o trabalho que é realizado na delegacia da mulher. Eu trouxe o meu pessoal, que está aqui, junto, para verificar a dificuldade de divulgação do nosso trabalho. A gente fica restrito ao nosso ambiente e não imagina o quanto é necessário este encontro para que se dê visibilidade e para que se apontem soluções e sugestões para que o trabalho melhore sempre.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Obrigada. *(Palmas.)*

Agora, ouviremos a Srª Susy Guarani, representante dos direitos indígenas. Em seguida, a Srª Cristiane Duarte, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, lembrando que, para as duas representantes vão dividir o tempo de 20 minutos, 10 minutos para cada uma.

**A SRª SUSY GUARANI** –Boa noite, porque já está passado o horário. Boa noite a todos e a todas as presentes nesta plenária. Boa noite, nossa Senadora, Deputada Federal e o nosso Deputado Pedro Kemp, que tem a sensibilidade de falar a respeito da luta das mulheres dentro desta Casa. *(Palmas.)*

E as outras autoridades presentes.

Pena que tudo o que tenho para falar aqui hoje, faltam muitas pessoas aqui para ouvir, porque alguma das minhas falas que vou fazer aqui é de indignação sobre esse processo da violência com a mulher indígena. Eu estou aqui representando as mulheres indígenas do Estado do Cone Sul, que representam as mulheres kaiowá-guarani, que é a minha etnia. Represento no Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e fui indicada agora para assumir um conselho de assessoria da ONU Mulheres, por um trabalho que a gente tem feito de coleta de dados de violência doméstica e violência sexual com mulheres indígenas na nossa região do Cone Sul, nas aldeias Kaiowá e Guarani.

Eu quero lembrar aqui que eu estava com a Comissão Ati-Guaçu, de que também faço parte, que é uma grande reunião dos povos indígenas do Estado, e estava aqui a Dona Alda, que esteve presente com a gente na reunião da Comissão, a Marlene, a Carla e algumas representantes das mulheres terenas estavam aqui. Devido o passar do horário – elas saíram muito cedo das aldeias para falar com a gente –, elas deixaram aqui uma fala de indignação. Eu quero falar essa fala da dona Alda, que é a nossa grande irmã Deci, do Ati-Guaçu.

Dona Alda ficou indignada com a fala da nossa companheiro Tai, da nossa secretária Tai Loschi.

Na realidade, secretaria, a comissão de mulheres indígenas do Estado ela não se referencia aos caciques. Nós tiramos de dentro do Ati-Guaçu uma comissão de mulheres indígenas que estão sendo atuantes e estão sendo proponentes das suas propostas, das suas ações dentro da comunidade. Ela ficou muito chateada, porque o nosso trabalho não é procurar a liderança do cacique. O cacique não é imagem da mulher na nossa comunidade. *(Palmas.)*.

Principalmente das kaiowá-guaranis. Já das terenas, elas tem, sim, um pouco de dificuldade. Mas a gente, com a nossa contribuição e o nosso trabalho, a gente vai conseguir romper essa grande barreira que há da cultura dos nossos povos.

É isso.

Eu quero deixar aqui um recado para as autoridades: em todas as falas que houve aqui, não têm uma ação concreta, nem específica para as mulheres que sofrem e são vítimas de violência dentro das nossas aldeias, de todo o Estado.

Aqui no Município de Campo Grande temos cinco aldeias urbanas. São quase 13 mil famílias indígenas dentro de Campo Grande, e nós temos dados de violência. Como nós fizemos a diligência na comunidade de Água Bonita, muitas falaram a respeito da violência e muitas também não falaram, porque a etnia predominante dentro de Campo Grande é a etnia Terena, e elas sofrem com a repressão do machismo do homem Terena.

Já no Cone Sul nós somos a segunda maior população do Estado, a etnia Kaiowá e Guarani. Como que num contexto tão polêmico, numa situação tão difícil que as nossas mulheres vivem, sem terra, sem terem uma alimentação saudável, sem terem um atendimento à saúde digno, não tem uma capacitação, não tem pessoas que tenham sensibilidade no atendimento, na hora em que ela precisa, quando toda machucada, toda ferida, numa delegacia? Nós temos coleta de dados que, quando chega à delegacia, o atendente fala: “É uma índia que está aí para eu atender? Ah, deixa ela lá sentadinha. Daqui a pouco ela vem, denuncia e volta para casa. Ela se reconcilia com o marido. Não ouve essa mulher.” Não tem noção do que é viver dentro de uma aldeia, passando tanta dificuldade, tanta violência. É um descaso.

Na semana passada, um parente me ligou. Ficou das 9h da manhã às 4h da tarde na delegacia e não foi atendida. Ela não foi atendida.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Susy, qual delegacia?

**A SRª SUSY GUARANI** – Delegacia de Dourados.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª SUSY GUARANI** – Só tem uma em Dourados.

Hoje, de manhã, a nossa companheira Marlene relatou um caso. Eu gostaria que a Defensoria ou alguma das pessoas capacitadas aqui, em Campo Grande, da Defensoria da Mulher, fizesse algum contato com a Defensoria de Dourados e tomasse uma providência quanto ao caso da aldeia de Sucuriú, em Maracaju, onde a mulher vem sofrendo há 16 anos violência do marido. O marido já a deixou paralítica por agressão. E ela denunciou. O delegado, as pessoas que atenderam na região de Maracaju falaram que era para ela voltar para casa. Amedrontou-a – Senadora, não foi relatado hoje para nós? –, disse para esperar em casa e tal. Essa índia, com certeza, não vai voltar mais para fazer a denúncia, por causa do constrangimento.

As pessoas que atendem não têm noção do que seja uma fala de uma índia guarani, não entendem no momento da sua dor. Acho que as pessoas têm que ser qualificadas para terem sensibilidade e poderem entender o que as índias estão falando, porque elas têm muita dificuldade. Essa questão de ter um atendente indígena dentro dos centros de atendimento, dentro das delegacias não é de hoje que pedimos – não é de hoje.

Na questão da saúde, a saúde já tem encaminhado esse processo. Acho que funciona muito bem. Porque, culturalmente, a índia, além de sofrer a violência, sente vergonha de expressar. Vamos supor se o atendente é um homem, ela não vai falar. De jeito nenhum, ela não fala. E se for uma pessoa da comunidade, que vai falar a língua, que vai saber entender ela certinho, com certeza, vamos ter dados específicos dentro de qualquer unidade de atendimento.

Eu fico pensando o porquê de o movimento indígena, de as mulheres indígenas ainda terem de fazer um recorte específico da luta de mulheres no Brasil.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Srª Suzy, pode concluir, por favor.

**A SRª SUZY GUARANI** – Eu fico muito preocupada com isso e peço atenção de todos vocês. Eu gostaria que vocês tratassem com carinho e com atenção o caso da menina lá de Pyelito Kue também, porque os agressores são jagunços da fazenda da área de retomada. Eu gostaria que também fosse tomada uma providência.

Deixo aqui um convite para que o poder público fosse fazer o que eu faço, o que a gente faz, o que as lideranças que estavam aqui fazem: uma visita dentro da nossa aldeia; seguir o passo a passo de qual é a realidade dos nossos problemas, para vocês poderem ter, em suas mãos, a sensibilidade do nosso povo, das nossas mulheres principalmente, que sofrem a violência do abuso sexual, de tudo: da falta de demarcação de terras, violência de discriminação. Nós não temos mulheres indígenas, no retrato do Brasil, ocupando vagas nos espaços de trabalho. Essa é uma grande violência contra as mulheres. *(Palmas.)*

É uma violência que nos mostra que o nosso País, que o nosso Estado, nos torna incapaz de fazermos qualquer coisa.

Quero deixar aqui um recado da Defensoria para as pessoas que estão aqui presentes: o Ministério Público conseguiu liberar o documento de que as polícias civil e militar podem fazer atuação, um trabalho dentro das aldeias de Mato Grosso do Sul. Esse decreto foi assinado hoje.

Quero também falar que o nosso Conselho, as conselheiras que estão aqui, nós somos um órgão de denúncia e de investigação. Não estamos ali para construir políticas públicas. O Governo do Estado e as organizações tinham de ter em pauta já a questão do povo indígena no Brasil.

Obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Suziê, é só uma questão. Essa informação que você recebeu da polícia militar é uma informação oficial? *(Pausa.)*

Mas existe algum documento que foi publicado hoje e foi assinado? Ele está na Internet? *(Pausa.)*

É o Ministério Público Federal? *(Pausa.)*

Está bem.

Então, vamos pegar essas informações, pois elas são importantes até para serem acrescidas ao nosso relatório.

**A SRª CRISTIANE DUARTE** –Boa noite, Deputada, Senadora, Deputado Pedro Kemp. Boa noite a todos que estão presentes e a todas as mulheres militantes, guerreiras, a quem tenho a grande responsabilidade de representar, neste momento, como Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, mas representando principalmente o movimento social do qual faço parte no Conselho.

Quero primeiramente me solidarizar com as mulheres indígenas do nosso Estado que, apesar de serem em grande número, são totalmente invisibilizadas, como vimos durante todo o decorrer desta audiência pública e como vemos diariamente dentro das políticas públicas do nosso Estado.

Eu quero dizer que me solidarizo também com essa mulher, com essa jovem indígena que foi estuprada no último mês e foi largada à beira da estrada. Esse é o meu sentimento de mulher. Mesmo não sendo indígena, é assim que nos sentimos quando olhamos para as políticas públicas de Mato Grosso do Sul e vemos as mulheres sendo colocadas à beira da estrada.

Eu digo isso porque, quando olhamos para as políticas, no sentido de delegacia que não funciona 24 horas, eu me sinto colocada à beira da estrada junto com as demais mulheres que precisam desse atendimento.

Quando eu vejo que, no governo anterior a esse, nós tínhamos duas delegacias, e agora nós temos apenas uma – e que não funciona em plantão 24 horas –, eu me vejo à beira da estrada. E quando isso é justificado pela falta de pessoal ou pela falta de orçamento, como é que havia uma delegacia em 2000, com dez delegadas? Ouvimos, na visita à delegacia da mulher, da boca da Drª Molina, que havia uma delegacia com pessoal, e agora não tem mais. Para onde é que foi esse efetivo?

Então, eu me sinto à beira da estrada, quando nasce uma nova vara de violência doméstica já com 4 mil processos em cada uma, porque faz tempo que estamos pedindo; e quando pedimos, já havia 5 mil processos. Hoje, existem 8 mil. Se esses processos forem divididos por 2 – não entendi muito bem a matemática que foi colocada aqui – e tivéssemos 4 mil em cada uma, já estaríamos defasados nessa matemática, talvez com as mesmas dificuldades.

Eu me sinto à beira da estrada também quando, em Dourados, eu recebi – até vou levá-los para o Conselho – um documento e um relatório, que serão entregues para a CPMI, da casa-abrigo que foi relatada aqui pela secretária e diz assim:

*A casa-abrigo, vinculada à Secretaria de Assistência Social até 2011, havia um convênio de cooperação mútua com o Governo do Estado para atender a região. Entretanto, o Estado não renovou o convênio e retirou todos os funcionários, fazendo com que o Município de Dourados limitasse o atendimento apenas para mulheres da cidade e municipalizasse os serviços.*

Isso também vamos levar como pauta para o Conselho, porque eu recebi essa informação agora, por meio desse relatório. Dessa forma, as mulheres do interior também são colocadas à beira da estrada.

Eu me sinto à beira da estrada, quando sou Presidente de um Conselho em que o Governo tem muita dificuldade de dialogar com os movimentos sociais. Digo isso porque nós raramente somos consultadas ou informadas do que acontece nos planejamentos das políticas públicas.

Um exemplo disso é o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres que não temos até hoje. Mas a informação que temos é que ele está na gráfica. Só que esse plano não está na mão do Conselho. Foi passado um esboço do plano para uma comissão do Conselho. Esse plano não foi aprovado no Conselho, mas ele já está na gráfica, assim como uma Cartilha de Prevenção à Violência Doméstica que a delegacia elaborou e de que vocês têm conhecimento, porque também está no nosso relatório. Ela nunca passou pelo conselho. Chegou lá para ser distribuída às mulheres, e é uma cartilha completamente inviável, do ponto de vista conceitual da política de gênero.

Então, Senadora, eu não quero aqui falar mais do mesmo, porque já foram relatadas aqui todas as nossas dificuldades. Eu quero ser propositiva.

A grande dificuldade parece que é no orçamento, não é? Então, quero até me dirigir ao Deputado Pedro Kemp, que é o único, se não me engano, que está aqui no momento, e sugerir que possamos pensar na criação do fundo estadual de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, porque esta CPMI a gente vem esperando há muito tempo, com muita ansiedade. O movimento de mulheres se debruçou, posso aqui não ter tido tempo para dizer todas as nossas necessidades, mas estão todas aqui, num relatório construído há muitas mãos, a mãos de várias organizações, que têm total comprometimento com as mulheres, organizações feministas, organizações que representam mulheres indígenas, mulheres negras, quilombolas, todas as mulheres, como as que estiveram ontem conosco.

Então, estão aqui as nossas reivindicações, nós estamos muito contentes. Vou terminar este ano muito feliz por saber que a gente pôde fazer esse desabafo. Este é um momento de desabafo, porque sinto que neste Estado nós temos amolado as facas e deixado as mulheres à beira da estrada.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Obrigada, Cristiane Duarte.

Bom, já estamos chegando ao final desta audiência pública. Quero aqui particularmente agradecer a todas as pessoas que foram convidadas, que estiveram aqui, que prestaram as informações.

Solicitamos que as informações que ainda serão encaminhadas à CPMI sejam encaminhadas, na medida do possível, dentro do prazo que nós estipulamos. Isso é importante para que possamos ter tempo suficiente para garantir que isso conste no nosso relatório. Quero aqui agradecer muito às mulheres que estiveram conosco no domingo, estiveram conosco ontem à noite e hoje, pela manhã, vários grupos diferentes que também trouxeram as suas informações, que trouxeram as suas solicitações. Nós pudemos elaborar as nossas questões aqui também com base nessas informações.

Agradeço a todas pessoas que nos acolheram nos órgãos públicos durante as diligências. Não vou aqui nominar todos, mas o Juiz que está aqui, a Promotora e o Promotor, os Defensores aqui presentes, a Delegada, Secretária, enfim, agradeço muito a presença de vocês, agradeço também aos Secretários que já passaram por aqui, ao Secretário de Segurança, ao Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça. Agradeço muito ao Deputado Pedro Kemp, que esteve conosco durante todo o dia e hoje, acompanhando os nossos trabalhos e, em nome dele, quero aqui também agradecer à Assembleia Legislativa, ao Presidente da Assembleia, ao Deputado Jerson Domingos, ao Presidente desta Casa, que nos acolheu muito bem no dia de ontem e de hoje. Agradeço também aos funcionários, aos servidores da Assembleia Legislativa, que também foram bastante prestativos, orientando-nos, encaminhando-nos, oferecendo-nos também um lanche.

Muito obrigada pela presença, pela participação e pela colaboração de todos vocês.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Quero também agradecer em nome da equipe da CPMI de Violência contra a Mulher aos Deputados Jerson Domingos, Presidente, e ao Pedro Kemp, proponentes da audiência.

Quero dizer que, realmente cuidar das nossas mulheres é de extrema importância, porque a mulher tem um papel fundamental na sociedade, um compromisso com as crianças. Eu sempre costumo dizer que salvar as nossas mulheres, cuidar das nossas mulheres é proteger as nossas crianças. Assim, tenho certeza de que nós temos uma sociedade mais fraterna e sem violência.

Antes de encerrar, passo a palavra ao deputado Pedro Kemp. *(Palmas.)*

**O SR. PEDRO KEMP** (PT – MS) – Só gostaria, pelo adiantado da hora, de agradecer mais uma vez a vinda da CPMI de Violência contra a Mulher, do Congresso Nacional, aqui à nossa Assembleia Legislativa, ao nosso Estado. Quero agradecer a todas as autoridades que passaram por aqui, atenderam ao convite da CPMI, e, principalmente, a todas as mulheres dos vários movimentos de mulheres que nós temos e que participaram ativamente desta audiência pública e das reuniões que foram realizadas na noite de ontem e também no domingo.

Queria, para finalizar, apenas dizer que deu para perceber que a situação mais grave de violação, de violência contra as mulheres está realmente nas aldeias indígenas.

Há uma dificuldade talvez do Poder Público de entender que as mulheres indígenas do Mato Grosso do Sul não são de competência do Governo Federal, as mulheres indígenas do Mato Grosso do Sul são cidadãs do Mato Grosso do Sul. *(Palmas.)*

Elas devem ser merecedoras de todas as políticas públicas que nós implementamos, seja na área da educação, da saúde... Porque não é possível uma mulher chegar num posto de saúde e alguém dizer assim: “Você é de competência do Governo Federal.” Ou uma mulher que é estuprada, passa por uma violência dentro da sua casa chegar numa delegacia e ouvir: “Você é mulher indígena.” Na verdade, ainda, infelizmente, as populações indígenas são consideradas de segunda categoria.

Então, nós todos somos cidadãos brasileiros e acho que daqui para frente – esta CPMI colaborou muito nesse sentido –, nós precisamos tomar mais consciência de que todos os cidadãos que moram neste Estado são merecedores das políticas públicas para que possamos fazer frente à violência e melhorarmos a vida de todos, já que a Constituição Federal garante isso aos cidadãos brasileiros, sem distinção de etnia, de raça, de cor, de religião.

Então, que fique essa mensagem para todos nós olharmos com carinho para todas as mulheres e, de uma maneira especial, às mulheres indígenas do nosso Estado.

Muito obrigado, Senadora Ana Rita. É uma alegria muito grande recebê-la em nosso Estado. Muito obrigado à Deputada Federal que conheci agora, antes da audiência Pública, Keiko Ota. É uma alegria muito grande tê-las conosco. Aguardaremos depois os relatórios, as recomendações da CPMI para que possamos avançar no Estado nessa luta das mulheres.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Nada havendo mais a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*

*(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 04 minutos.)*

Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

Presidente